CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UNIDAVI

jaqueline aparecida dos santos

licitações no município de taió

Taió

2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UNIDAVI

jaqueline aparecida dos santos

licitações no município de taió

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Ciências Contábeis, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Orientadora: Lorena Schmidt Marquez

Taió

2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - UNIDAVI

jaqueline aparecida dos santos

licitações no município de taió

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Ciências Contábeis, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí- UNIDAVI, a ser apreciado pela Banca Examinadora, formada por:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Professora Orientadora: Lorena Schmidt Marquez

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Professor M.e: Cesar Machado

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Professora Dra: Mara Juliana Ferrari

Taió, 11 de dezembro de 2021.

Dentre as verdades, como afirmam Aristóteles e Averróis, as nossas matemáticas são as mais verdadeiras e estão no primeiro grau de certeza, e a estas seguem-se todas as demais ciências naturais. (Luca Pacioli).

Foi pensando nas pessoas que realizei esse projeto, por isso dedico este trabalho a todos os interessados que essa pesquisa possa impactar de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização desse trabalho. Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo desse período de tempo em que me dediquei a este trabalho. Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado. Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que participaram direta e indiretamente no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica. Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como acadêmica. À instituição de ensino UNIDAVI, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dessa caminhada.

RESUMO

A gestão municipal é algo muito importante e voltada de princípios orçamentários que norteiam o equilíbrio financeiro das contas públicas. Tendo em vista o cumprimento das disposições legais envolvidas, o objetivo do presente trabalho foi examinar o processo licitatório do município de Taió no período de 2017 a 2020. Apontando quais as modalidades de licitação que foram mais utilizadas pela gestão municipal, além de demonstrar os valores que foram licitados em cada ano referente ao período estudado. Foi também examinada a quantidade de participações de empresas que são pertencentes ao município de Taió, a quantidade de participações de empresas que fazem parte do Alto Vale do Itajaí e a quantidade de participações de empresas que são de fora do Alto Vale do Itajaí, inclusive demonstrando os valores que cada região venceu nas licitações entre 2017 a 2020. Examinou-se também a quantidade de participações vencedoras nesse período, que foram de empresas enquadradas como ME – Microempresa e EPP – Empresa de Pequeno Porte, que usufruíram do benefício da Lei Complementar nº 123/06, onde empresas enquadradas nessas duas categorias possuem uma vantagem de 5% a 10% em relação às empresas de porte maior. O estudo buscou ainda, apontar algumas mudanças a serem aplicadas pelo município por causa da nova lei de licitações 14.133/2021. A conclusão foi que a modalidade de licitação mais utilizada nos quatro anos examinados foi a modalidade pregão presencial, que em 2017 representou 65% do total das licitações realizadas, em 2018 representou 75% e em 2019 e 2020 representou 68% do total. Foi possível identificar os valores licitados nos quatro anos, e isso mostrou que a cada ano que passou, a gestão municipal buscou investimentos crescentes e constantes. As licitações homologadas realizadas no período em questão, somaram um total de 1195, das quais 850 foram vencedoras no processo licitatório do município e que dessas, 617 foram de empresas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, indicando que esse porte é a maioria em nossa região. Constatou-se que mesmo a quantidade de participações sendo maior de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí em alguns períodos, ainda assim no quesito valor, o município ficou com a maior fatia em três dos anos analisados, exceto em 2019 onde quem ficou com o valor maior licitado, foram as participações de empresas do Alto Vale do Itajaí.

**Palavras-Chave:** Município de Taió; Licitações; Alto Vale do Itajaí

LISTA DE quadros

Quadro 1 - Definições dos termos (obra, serviço, compra e alienações) ............................19

Quadro 2 - Entidades Obrigadas a licitar ............................................................................20

Quadro 3 - Situações em que a modalidade concorrência é obrigatória .............................26

Quadro 4 - Requisitos da modalidade de licitação concorrência ........................................28

Quadro 5 - Situações em que se aplica a modalidade tomada de preços ............................29

Quadro 6 - Situações em que se aplica a modalidade convite .............................................31

Quadro 7 - Situações em que se aplica a modalidade leilão ...............................................33

Quadro 8 - Exigências da fase interna da modalidade pregão ............................................35

Quadro 9 - Tipos de licitação conceitos ..............................................................................35

Quadro 10 - Prazos para publicidade da licitação ...............................................................35

Quadro 11 - Casos em que existe a inexigibilidade de licitação .........................................36

Quadro 12 – Municípios que compõe o Alto Vale do Itajaí ...............................................40

LISTA DE tabelas

Tabela 1 - Valor das licitações no ano 2017 .......................................................................41

Tabela 2 - Descritivo das modalidades de licitação no ano 2017 .......................................42

Tabela 3 - Empresas participantes / Empresas vencedoras no ano 2017 ............................43

Tabela 4 - Valor das empresas vencedoras no ano 2017 .....................................................44

Tabela 5 - Quantidade e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano 2017 ..............................................................................................................................45

Tabela 6 - Valor das licitações no ano 2018 .......................................................................47

Tabela 7 - Descritivo das modalidades de licitação no ano 2018 .......................................48

Tabela 8 - Empresas participantes / Empresas vencedoras no ano 2018 ............................49

Tabela 9 - Valor das empresas vencedoras no ano 2018 .....................................................50

Tabela 10 - Quantidade e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano 2018 ..............................................................................................................................51

Tabela 11 - Valor das licitações no ano 2019 .....................................................................53

Tabela 12 - Descritivo das modalidades de licitação no ano 2019 .....................................54

Tabela 13 - Empresas participantes / Empresas vencedoras no ano 2019 ..........................55

Tabela 14 - Valor das empresas vencedoras no ano 2019....................................................56

Tabela 15 - Quantidade e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano2019 ...............................................................................................................................57

Tabela 16 - Valor das licitações no ano 2020 .....................................................................59

Tabela 17 - Descritivo das modalidades de licitação no ano 2020 .....................................60

Tabela 18 - Empresas participantes / Empresas vencedoras no ano 2020 ..........................61

Tabela 19 - Valor das empresas vencedoras no ano 2020 ...................................................62

Tabela 20 - Quantidade e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano 2020 ..............................................................................................................................63

Tabela 21 - Quantidade e valores utilizados em cada modalidade de licitação nos anos de 2017 a 2020 .........................................................................................................................65

Tabela 22 - Quantidade de empresas participantes por região - 2017 a 2020 .....................66

Tabela 23 - Quantidade de empresas participantes vencedoras por região - 2017 a 2020...66

Tabela 24 - Valor das empresas participantes / vencedoras por região - 2017 a 2020 .......69

Tabela 25 - Quantidade de empresas vencedoras enquadradas como ME/EPP - 2017 a 2020 ..............................................................................................................................................70

Tabela 26 - Valor das participações de empresas vencedoras enquadradas como ME/EPP - 2017 a 2020 .........................................................................................................................71

LISTA DE gráficos

Gráfico 1 - Valor total / economia no ano 2017...................................................................41

Gráfico 2 - Áreas de aplicação dos recursos no ano 2017....................................................42

Gráfico 3 - Percentual de cada modalidade de licitação no ao 2017....................................43

Gráfico 4 - Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2017.....................44

Gráfico 5 - Valor das empresas vencedoras por região no ano 2017...................................45

Gráfico 6 - Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2017.........................46

Gráfico 7 - Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2017.......................................46

Gráfico 8 - Valor total / economia no ano 2018...................................................................47

Gráfico 9 - Áreas de aplicação dos recursos no ano 2018....................................................48

Gráfico 10 - Valor total / economia no ano 2018.................................................................49

Gráfico 11 - Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2018...................50

Gráfico 12 - Valor das empresas vencedoras por região no ano 2018.................................51

Gráfico 13 - Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2018.......................52

Gráfico 14 - Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2018.....................................52

Gráfico 15 - Valor total / economia no ano 2019.................................................................53

Gráfico 16 - Áreas de aplicação dos recursos no ano 2019..................................................54

Gráfico 17 - Valor total / economia no ano 2019.................................................................55

Gráfico 18 – Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2019..................56

Gráfico 19 - Valor das empresas vencedoras por região no ano 2019.................................57

Gráfico 20 - Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2019.......................58

Gráfico 21 - Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2019.....................................58

Gráfico 22 - Valor total / economia no ano 2020.................................................................59

Gráfico 23 - Áreas de aplicação dos recursos no ano 2020..................................................60

Gráfico 24 - Valor total / economia no ano 2020.................................................................61

Gráfico 25 - Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2020...................62

Gráfico 26 - Valor das empresas vencedoras por região no ano 2020.................................63

Gráfico 27 - Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2020.......................64

Gráfico 28 - Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2020.....................................64

Gráfico 29 - Quantidade de licitações por modalidade 2017 – 2020...................................66

Gráfico 30 - Total de participações por região 2017 – 2020................................................67

Gráfico 31 - Total de participações vencedoras por região 2017 – 2020.............................68

Gráfico 32 - Valor total das participações vencedoras por região 2017 – 2020..................69

Gráfico 33 - Valor total das participações vencedoras por ano 2017 - 2020 ......................69

Gráfico 34 - Total das participações ME/EPP vencedoras por ano 2017 - 2020 ................70

Gráfico 35 - Valor total das participações ME/EPP vencedoras por região 2017 – 2020...71

Gráfico 36 - Valor total das participações ME/EPP vencedoras por ano 2017 - 2020........72

**SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO..............................................................................................................14

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA........................................................................................15

1.2.1 Geral...........................................................................................................................15

1.2.2 Específicos..................................................................................................................15

1.3 JUSTIFICATIVA...........................................................................................................15

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA....................................................................16

2. REFERENCIAL TEÓRICO.........................................................................................18

2.1 LICITAÇÕES PÚBLICAS............................................................................................18

2.2 OBJETO DA LICITAÇÃO............................................................................................19

2.3 OBRIGATORIEDADE DE LICITAR...........................................................................20

2.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO.......................................................21

2.4.1 Princípio da legalidade e procedimento formal......................................................22

2.4.2 Princípio da impessoalidade e instrumento público...............................................22

2.4.3 Princípios da moralidade e probidade.....................................................................23

2.4.4 Princípios da igualdade e competitividade..............................................................23

2.4.5 Princípios da publicidade, transparência e sigilo das propostas...........................24

2.4.6 Princípio da vinculação ao edital.............................................................................25

2.4.7 Princípio do julgamento objetivo.............................................................................26

2.4.8 Princípio da adjudicação compulsória....................................................................26

2.5 MODALIDADES DE LICITAÇÃO..............................................................................27

2.5.1 Concorrência..............................................................................................................27

2.5.2 Tomada de preços......................................................................................................29

2.5.3 Convite........................................................................................................................30

2.5.4 Concurso.....................................................................................................................31

2.5.5 Leilão..........................................................................................................................32

2.5.6 Pregão.........................................................................................................................33

2.6 TIPOS DE LICITAÇÃO................................................................................................35

2.7 DA PUBLICIDADE.......................................................................................................36

2.8 INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DE LICITAÇÃO..................................................36

2.9 NOVA LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/2021 – PRINCIPAIS MUDANÇAS...........37

3. METODOLOGIA DA PESQUISA...............................................................................39

4. LICITAÇÕES NO MINICÍPIO DE TAIÓ..................................................................41

4.1 LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE TAIÓ – ANO 2017.............................................41

4.2 LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE TAIÓ – ANO 2018.............................................48

4.3 LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE TAIÓ – ANO 2019.............................................54

4.4 LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE TAIÓ – ANO 2020.............................................61

4.5 LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO DE TAIÓ – EVOLUÇÃO ENTRE 2017/2020........67

5. CONCLUSÃO................................................................................................................75

REFERÊNCIAS.................................................................................................................77

ANEXO................................................................................................................................79

1. introdução

Ao longo do tempo, a Administração Pública tem trabalhado de acordo com as leis impostas ao nosso país, a fim de tornar cada vez mais transparentes, as decisões tomadas pelos gestores. Conforme Meirelles (2006), a finalidade da Administração Pública, nada mais é, do que gerir o bem comum da coletividade, ou seja, a população. Apesar de todo esse esforço, ainda existe uma parcela dos cidadãos, que não conhece os procedimentos adotados pela Administração Pública. Um exemplo disso, é o setor de aquisição de bens e serviços, onde é necessário que os órgãos públicos realizem todo um procedimento, repleto de leis e regras a serem seguidas, para poder adquirir e suprir suas necessidades.

Esse procedimento a ser realizado pela Administração Pública é chamado de Licitação. De acordo a Lei nº 8.666/93, sempre que os órgãos públicos precisarem adquirir ou contratar bens e serviços de qualquer espécie, essas aquisições deverão ser precedidas por todas as regras que envolvem o respectivo processo licitatório. Por esse fato, de ter todo um rito a ser seguido, algumas empresas desistem de participar das licitações, por não ter conhecimento de como acontece, e de como tornar-se um fornecedor do governo, perdendo assim oportunidades importantes para o desenvolvimento de seu negócio.

Conforme Andrade (2017), o setor público é um setor muito controlado e também preocupado com a qualidade de sua gestão, porém todas as suas decisões devem ser tomadas com base naquilo que a lei determina. Em contrapartida, nem sempre é possível resolver tudo com rapidez e agilidade, visto que a Administração Pública está sujeita à tais normas e leis, aliadas à escassez de recursos que não suprem as demandas da população e acabam por burocratizar os processos. Mas ao que se refere à transparência, todas as informações relacionadas as atividades do setor público são disponibilizadas no portal da transparência dos municípios onde todo e qualquer cidadão pode acessar, verificar as informações e exercer seu direito descrito na Constituição Federal de 1988, onde diz que é direito de todos, receber as informações dos órgãos públicos, seja de seu interesse particular ou de comum.

Segundo Bacellar (2006, p. 110), a licitação “É um procedimento administrativo através do qual a administração pública seleciona o melhor contratante.”. Dessa forma, o presente trabalho visa demonstrar como acontecem esses procedimentos na esfera municipal, visto que é a oportunidade de observar a realidade mais próxima no dia a dia dos munícipes e assim, despertar o interesse dos mesmos, não apenas em adquirir o conhecimento sobre o assunto, mas também influenciar esse cidadão a tornar-se um possível fornecedor do governo.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como se caracteriza o processo licitatório no município de Taió?

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

* Examinar as características do processo licitatório da Prefeitura Municipal do Município de Taió/SC.

1.2.2 Específicos

* Descrever as modalidades de licitação utilizadas e levantar os processos ocorridos no período de 2017 a 2020;
* Identificar os valores licitados anualmente;
* Demonstrar os valores gastos na aquisição de cada espécie de bem ou serviço no período de 2017 a 2020;
* Verificar a quantidade de participações de empresas que são do município de Taió, do Alto Vale do Itajaí e empresas que são de fora;
* Determinar quantas dessas participações de empresas se enquadram como empresas ME/EPP;
* Indicar mudanças as principais mudanças no processo licitatório do município de Taió de acordo com a nova Lei de licitações nº 14.133/2021.

1.3 Justificativa

Saber como funcionam as aquisições da administração pública do município ao qual pertencemos, são informações de interesse dos cidadãos. Apesar de ser um pouco mais complicado entender todo o processo que ocorre para adquirir um bem ou serviço, é de extrema importância que as pessoas tenham esse conhecimento para poder acompanhar as decisões tomadas pelos gestores do município.

Por isso, apresenta-se o seguinte trabalho, pelo fato de possuir contribuição para a área acadêmica, uma vez que outros acadêmicos do curso de ciências contábeis poderão despertar interesse de pesquisa na área pública e visto que não se tem encontrado no município de Taió um trabalho acadêmico semelhante realizado nessa linha de pesquisa, e que a partir deste, outros trabalhos poderão surgir inclusive em outros municípios. Nesse sentido, a pesquisa contribuirá para com a sociedade, pois demostrará detalhadamente como funciona um processo licitatório da cidade de Taió, e quais as regras que uma prefeitura precisa cumprir para a aquisição de bens e serviços.

E por fim, justifica-se que a presente pesquisa poderá despertar um olhar diferente dos contadores públicos e auxiliar na tomada de decisão, em relação às melhores escolhas para o município, além de contribuir com a situação econômica, por apresentar especificamente, através do estudo das modalidades de licitação, quais os valores investidos pelo município, no período de 2017 a 2020 e ainda, despertar o interesse de mais empresas da cidade e da região, a participarem das licitações, pelo fato de explicar como funciona um processo licitatório, e futuramente gerar um maior retorno ao município, já com base na nova lei de licitações nº 14.133/2021.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO Do município

Origem do nome Tayó, que mudou para Taió com a nova ortografia, tem sua origem em línguas indígenas de povos que habitaram a região a milhares de anos passados. Entre as versões correntes é que Taió na língua tupi significa “Pedra Grande” ou “Morro Grande”, talvez em alusão ao Morro Funil, que foi confundido pelos primeiros exploradores, que acreditavam ser este o Morro do Tayó, cuja localização está em Mirim Doce ou ainda uma planta chamada “Taiá”.

Dados sobre a Colonização Emil Odebrecht, que atuou na abertura de estradas e demarcação de lotes no Vale do Itajaí, possibilitou o desenvolvimento de diversas cidades e a comunicação entre o vale e o planalto catarinense, juntamente com comitiva partiram de Blumenau em sua segunda expedição pela mata virgem do Alto Vale do Itajaí alcançando Taió por volta de 1864. Em 1867 em outra expedição, que se acredita ter sido realizada no Planalto em sentido ao Vale, de Lages alcança o Rio Taió, e seguindo por esse chegaram no encontro do Rio Itajaí do Oeste, neste local, no centro de Taió, existe uma praça em nosso município.

Em 1892 famílias dos campos de Lages mudaram-se para essas terras, a família Rauen nesse ano obteve terras em Taió, por meio de requerimento ao juiz comissário de terras em Curitibanos, sendo essa entre outras famílias do planalto foram os primeiros colonizadores de Taió. No entanto, a colonização de Taió se intensifica pelo trabalho de empresas colonizadoras como Sindicato Blumenauense e a Companhia Salinger que permitiu a partir de 1917 ocupação das terras onde hoje está o perímetro urbano da cidade entre outras áreas, com a chegada de descentes alemães. O Italianos vem em seguida, a partir dos anos de 1920 onde se iniciam os trabalhos da Colonizadora Bertoli, a terceira empresa colonizadora, sendo a mais importante no processo, pois executou a colonização além de Taió, também de Rio do Campo, Salete e Mirim Doce, que na época eram pertencentes a Taió. Fundação do município em 7 de setembro de 1929, Taió passou a Distrito de Blumenau, visto que Rio do Sul ainda não havia sido emancipado. Em 30 de dezembro de 1948 pela lei nº 247 foi elevado à categoria de município desmembrando-se de Rio do Sul, mas a instalação ocorreu em 12 de fevereiro de 1949, tendo como o primeiro prefeito, nomeado, o Sr. Bertoldo Jacobsen. Sendo assim, 12 de fevereiro de 1949 passando a ser considerado o Dia do Município.

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, a realidade do município pode ser observada em um período mais atual. A população estimada de Taió em 2021 é de 18.576 pessoas. No último censo realizado em 2010 contatou-se que o município possuía 17.260 habitantes. Em 2019 o salário mensal era de 2,2 salários mínimos e a proporção de ocupadas em relação à população total era de 36,2 %. Se tratando de educação, os dados do IBGE levantados em 2010 mostraram que a taxa de escolarização foi de 97,4% entre jovens de 6 a 14 anos de idade. Segundo o site Atlas Brasil, os dados levantados em 2010 mostraram mais especificamente que no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 92,18%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental, era de 93,53%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 75,17%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 52,00%. Em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade no município Taió, 5,58% eram analfabetos, 41,55% tinham o ensino fundamental completo, 26,72% possuíam o ensino médio completo e 8,59%, o superior completo.

Em relação à economia segundo o IBGE em 2018 o PIB – Produto Interno Bruto per capita do município foi de R$ 32.781,05. Evidencia ainda que as principais atividades desenvolvidas no município são a agropecuária, indústrias e comércio em geral. A área total do município levantada em 2020 é de 693.847 m² ocupando a 77º posição no estado de Santa Catarina. Taió é considerada por seus moradores, um lugar aconchegante para viver, o povo é hospitaleiro e possui lugares deslumbrantes que podem ser observados no Anexo I.

2. referencial teórico

Nesta seção apresenta-se a revisão de literatura, que sustenta a presente pesquisa e está assim estruturada: a) Licitações Públicas; b) Objeto da Licitação; c) Obrigatoriedade de Licitar; d) Princípios Norteadores da Licitação; e) Modalidades de Licitação; f) Tipos de Licitação; g) Inexigibilidade e Dispensa de Licitação; h) Nova Lei de nº Licitações nº 14.133/2021 – principais mudanças.

2.1 Licitações Públicas

De acordo com Blanchet (2007, p. 99), “Licitação é o procedimento administrativo pelo qual a Administração Pública seleciona proponentes com habilitação mínima para serem contratados, e dentre as propostas apresentadas por estes, seleciona a mais vantajosa.”.

Pode-se definir a licitação, como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem ás condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato. (DI PIETRO, 2008 p. 331).

Conforme Piscitelli (2012), a licitação é uma série de processos administrativos, reconhecidos por lei, onde a Administração Pública verifica entre os participantes capacitados, qual deles tem a oferecer as melhores propostas e condições para a realização de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, permissões e locações. Esses acontecimentos, também chamados de fases, que garantem ao processo clareza e igualdade aos licitantes, e ainda ter a eficácia necessária para o interesse público, diante disso:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção de desenvolvimento nacional e sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (LEI nº 8.666/93, art. 3º).

O processo de licitação deve afastar qualquer suspeita de favorecimento e garantir que o dinheiro público seja utilizado com cautela e eficiência. A licitação é a forma mais clara de se atender aos princípios das atividades da Administração Pública. Conforme a Lei nº 8.666/93 art. 5º, § 3º “A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.”.

O processo licitatório ocorre através de fases. Segundo Almeida (2021), não existe um artigo descrevendo na lei essas fases. Apenas dá-se a entender que a licitação é composta pela fase interna que acontece até a divulgação do instrumento convocatório e pela fase externa, que acontece partir da divulgação do instrumento convocatório, sendo essa composta pelas etapas de: divulgação do instrumento convocatório, habilitação, julgamento, homologação e adjudicação. Nos casos onde ocorrer impugnações, recursos ou anulações poderão ser realizadas fases recursais após a habilitação e após o julgamento.

2.2 Objeto da licitação

O objeto de uma licitação, diz respeito ao que a administração deseja contratar. Conforme a nº Lei 8.666/93 Art 2º, são objetos de licitação “As obras, serviços inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação.”.

No Brasil, o processo licitatório tem por objetivo:

a) a observância do princípio constitucional da isonomia, que assegura aos interessados a oportunidade de contratar com o estado tendo por base, as regras previamente estipuladas e aplicáveis, da forma indistinta, a todos os eventuais interessados; b) a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sendo a competição que se estabelece entre os interessados que preencheram os atributos e requisitos necessários para contratar resulta na obtenção da melhor proposta para Administração. (AMORIM, 2017 p. 22).

Em 2010, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos passou por uma alteração muito significativa, devendo a administração buscar não somente a proposta mais vantajosa no aspecto econômico-financeiro, mas sim, fazer sua busca visando encontrar a proposta que também promova o desenvolvimento sustentável, beneficiando a economia do país, juntamente com a sociedade. “[...] a promoção do desenvolvimento nacional sustentável”. (Art. 3º da Lei nº 8.666/93).

Segundo Gasparini (2012), entende-se então, que duas são as finalidades das licitações, primeiro proporcionar as entidades obrigadas a licitar, a conquista da proposta que melhor cumpra os objetivos da entidade licitante, principalmente em aspectos financeiros, ou seja, a mais vantajosa, e em segundo lugar, constituir a igualdade entre os participantes a serem contratados.

2.3 Obrigatoriedade de licitar

Na Constituição Federal de 1988, está descrita a obrigatoriedade da realização de licitações públicas:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988).

A Constituição Federal de 1988 art. 6º, em conjunto com a Lei de Licitações nº 8.666/93, definem obra, serviços, compra e alienação conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Definições dos termos (obra, serviço, compra e alienação)**

|  |  |
| --- | --- |
| **Obra** | Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. |
| **Serviço** | Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnicos-profissionais. |
| **Compra** | Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente. |
| **Alienação** | Toda transferência de domínio de bens a terceiros. |

Fonte: Elaborado a partir da Constituição Federal (1988)

Segundo Amorim (2017), Fora isso, estão obrigadas a realizar licitação pública as entidades integrantes das Administrações indiretas dos entes federativos, ou seja, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Quadro 2 – Entidades Obrigadas a Licitar**

|  |  |
| --- | --- |
| **Órgãos da Administração Pública Direta** | União, Estados, Distrito Federal e Municípios |
| **Administração Pública Indireta** | Autarquias, incluindo as agências reguladoras e executivas;  Conselhos Profissionais, Autarquias Especiais;  Fundações Públicas;  Empresas Públicas;  Sociedades de Economia Mista;  Associações Públicas, Consórcios Públicos – Lei nº 9.790/1999 – Brasil, 1999;  Fundos Especiais, Unidades Orçamentárias. |
| **Entidades do Terceiro Setor** | Entidades do sistema “S”, por meio de regulamentos próprios, observados os princípios da Administração Pública (BRASIL, 1977);  Organizações da sociedade civil de interesse público (Lei 9.790/1999)  Organizações sociais (BRASIL, 1998) |

Fonte: Elaborado a partir de Licitações e Contratos Administrativos (2016)

Diante disso, conforme apresentado no Quadro 2, a obrigatoriedade de licitar engloba órgãos administrativos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos Tribunais de Contas do Ministério Público. Conforme a Constituição Federal (1988) “As obras, serviços, compras e alienações realizadas pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas regem-se pelas normas desta Lei, no que couber, nas três esferas administrativas.”.

2.4 princípios norteadores da licitação

Conforme Bacellar (2006, p 112) “O dever de licitar é visto, pela doutrina, como um princípio, decorrente da indisponibilidade do interesse público, que restringe e condiciona a liberdade administrativa na escolha de um contratante.”.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, [...] e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (LEI nº 8.666/93, Art. 3º)

Os princípios são considerados as origens ou a base que sustenta uma lei. São fundamentos essenciais estabelecidos para a elaboração e interpretação de uma lei. Assim, no processo licitatório não seria diferente, esse processo é composto por seus princípios, os quais serão abordados a seguir.

2.4.1 Princípio da legalidade e procedimento formal

Segundo Di Pietro (2008), o princípio da legalidade nasceu com o estado de direito, a fim de garantir os direitos individuais. Determina que a Administração Pública deve seguir estritamente o que está descrito na Lei de Licitações. Além disso, significa que o processo licitatório deve seguir o rito da licitação especificado na lei, conforme cada modalidade e suas particularidades.

O princípio do procedimento formal, também descrito na Lei nº 8.666/93 Art. 4º § único diz “O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.”. Este não deve ser confundido com formalismo, ou seja, exigências que são desnecessárias e até mesmo inúteis no processo licitatório.

O princípio do procedimento formal é o que impõe a vinculação da licitação às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei, mas, também, do regulamento, do caderno de obrigações e até do próprio edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere. (MEIRELLES, 2006, p. 273).

Complementa ainda Meirelles (2006), que não se deve anular um procedimento, por motivos que sejam irrelevantes e que não causem prejuízos a administração ou aos licitantes, como por exemplo simples omissões ou irregularidades formais na documentação ou propostas.

2.4.2 Princípio da impessoalidade e interesse público

Di Pietro (2008), diz que esse princípio veio com a finalidade de deixar claro que toda e qualquer atuação da Administração Pública, desde a elaboração da Lei, até a sua execução por concreto, deve atender ao interesse público, pois é também conhecido como o princípio da finalidade.

Indica vedação a distinções fundadas em caracteres pessoais dos interessados. Ao menos, os caracteres pessoais devem refletir diferenças efetivas e concretas (que sejam relevantes para os fins da licitação). Exclui o subjetivismo do agente administrativo. A decisão será impessoal quando derivar racionalmente de fatores alheios à vontade psicológica do julgador. (MARÇAL, 2008, p. 351).

Ainda conforme Di Pietro (2008, p. 339), “[...] todos os licitantes devem ser tratados igualmente, devendo a administração, em suas decisões, pautar-se por critérios objetivos, sem levar em consideração as condições pessoais do licitante ou as vantagens por ele oferecidas.”.

2.4.3 Princípios da moralidade e da probidade

Marçal (2007, p. 352), afirma que “A licitação deve ser norteada pela honestidade. Os princípios aplicam-se tanto à conduta do agente da Administração Pública como à dos próprios licitantes. A moralidade compreende também a boa-fé.”.

Segundo Di Pietro (2008), é exigido da Administração Pública, um comportamento totalmente lícito, que cumpra o que é permitido pela lei, que seja concordante com a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e equidade e a ideia de comum honestidade. Pois, se tais regras não forem cumpridas, os responsáveis estarão sujeitos às punições, estabelecidos na Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92 Lei da Improbidade Administrativa.

“A probidade administrativa é dever de todo administrador público, mas a lei a incluiu dentre os princípios específicos da licitação, naturalmente como uma advertência às autoridades que a promovem ou a julgam. A probidade na Administração é mandamento constitucional [...].”. (MEIRELLES, 2006, p. 276).

Conforme citado no texto acima, a Constituição Federal 1988, em seu art. 37, § 4º menciona “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”.

2.4.4 Princípio da igualdade e competitividade

Meireles (2006, p. 275) afirma que “A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os licitantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais.”.

Conforme Di Pietro (2008), o princípio da igualde é considerado um dos alicerces do processo licitatório, visto que a licitação objetiva além de dar a Administração Pública, a oportunidade de optar pela proposta mais vantajosa, proporcionar igualdade de direitos aos participantes. O princípio da igualdade, também descrito no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, descreve que a mesma não admite a determinação de condições de preferência a favor ou detrimento dos licitantes.

Ao que se refere ao princípio da competitividade:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (LEI 8.666/93, Art. 3º, inciso I)

Com base no texto da Lei descrito acima, pode-se concluir que ao seguir tais regras, consequentemente a Administração Pública, estará assegurando uma maior participação dos concorrentes, pelo fato de não ter restrições indevidas e igualdade entre todos.

2.4.5 Princípios da publicidade, transparência e sigilo das propostas

De acordo com a Lei nº 8.666/93, Art 3º e § 3º, o princípio da publicidade diz que: “A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.”.

A publicidade dos atos da licitação é o princípio que abrange desde os avisos de sua abertura até o conhecimento do edital e seus anexos, o exame da documentação e das propostas pelos interessados e o fornecimento de certidões de quaisquer peças, pareceres ou decisões com ela relacionadas. É em razão desse princípio que se impõe a abertura dos envelopes da documentação e proposta em público e a publicação oficial das decisões dos órgãos julgadores e do respectivo contrato, ainda que resumidamente. (MEIRELLES, 2006, p. 274).

Dito isso, entende-se que o princípio da publicidade, diz que a Administração Pública, têm o dever de divulgar as informações de uma forma que qualquer interessado possa ter acesso e a chance de participar ou até mesmo fiscalizar o processo licitatório.

Nesse contexto, Blanchet (2007), descreve que o princípio da publicidade e o princípio da transparência, muitas vezes são considerados sinônimos. Porém, têm sentidos um pouco diferentes, visto que a transparência quer dizer que a Administração Pública, deve divulgar as informações referente a licitação, de forma compreensível, clara e que possa ser entendida facilmente pela população.

A respeito do sigilo das propostas, Meirelles (2006), conclui que é certamente ou consequentemente a igualdade entre os licitantes, uma vez que, se um dos participantes soubesse com antecedência, a proposta de seu concorrente, o mesmo estaria em vantagem e assim não estariam em iguais condições de disputa. Por isso, é de extrema importância, manter o sigilo das propostas até a data de abertura dos envelopes.

Além disso, o descumprimento dessa regra, gera a anulação do processo e constitui ato ilícito penal conforme descrito na Lei nº 8.666/93, Art 94: “Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcioná-lo a terceiro o ensejo de devassa-lo: Pena – detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.”.

2.4.6 Princípio da vinculação ao edital

Meirelles (2006), afirma que a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação, pois seria incompreensível, se a Administração Pública exigisse no edital as regras de participação e no andamento do processo, descumprisse as regras estabelecidas ou aceitasse documentação e propostas em desagrado com as exigidas no edital. A Lei nº 8.666/93, art. 41 descreve “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”. Uma vez fixadas as regras no edital, as mesmas tornam-se inalteráveis para aquela licitação, sendo necessário invalidá-la e reabri-la, em caso de necessidade de alteração.

Segundo Di Pietro (2008), o princípio da vinculação ao edital, estabelece regras tanto para a Administração Pública, como estende-se também para os licitantes, pois estes precisam atender aos requisitos solicitados no instrumento convocatório, o edital ou a carta convite, correndo o risco de serem considerados inabilitados a participar do processo licitatório, caso apresentem documentação divergente ao solicitado.

Descreve o art. 43, inciso II da Lei nº 8.666/93 “A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: II – devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.”.

2.4.7 Princípio do julgamento objetivo

A Lei nº 8.66/93, art. 44 diz “No julgamento das propostas, a comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei.”. E em seguida completa em seu Art. 45 “O julgamento das propostas será objetivo, devendo a comissão de licitação ou responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório, [...].”.

Julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos preponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério pré-fixado pela Administração, com que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento. (MEIRELLES, 2006, p. 276)

Seguindo esse princípio, a Administração Pública, deve estudar de forma objetiva as propostas, seguindo os critérios de julgamento definidos no edital, sem a interferência de escolhas ou preferencias dos julgadores das propostas.

2.4.8 Princípio da adjudicação compulsória

Segundo Di Pietro (2008), esse princípio assegura que a Administração Pública, não possa conceder a outro participante do processo licitatório, que não o vencedor, o objeto licitado, sendo a adjudicação obrigatória, a menos que o vencedor desista definitivamente do contrato ou não firmar no prazo prefixado, salvo comprovação de justo motivo.

A Lei nº 8.666/93, art. 50 destaca que “A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.”. E completa em seu Art. 64 que “A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação [...]”.

2.5 modalidades de licitação

De acordo com Marçal (2008, p. 361) “A expressão “modalidade” é utilizada, tecnicamente, para indicar cada uma das espécies de procedimentos licitatórios, que se diferenciam entre si no tocante à estrutura e aos fins buscados.”.

As diferenças entre as diversas modalidades de licitação não se resumem a questões acessórias, tais como âmbito da publicação, prazo de divulgação, valor econômico da contratação. As diferenças procedimentais retratam a necessidade de adequar a disciplina do procedimento licitatório às características do objeto a ser contratado e do critério de julgamento consagrado. (MARÇAL, 2008, p. 361).

Segundo Meirelles (2006), “A licitação compreende as seguintes modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. Licitação, portanto, é o gênero, do qual as modalidades são espécies.”.

2.5.1 Concorrência

A Lei nº 8.66/93, art. 22 § 1º descreve “Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.”.

De acordo com Meirelles (2006), essa modalidade é utilizada propriamente para contratos com valores altos, onde qualquer interessado pode participar, desde que cumpram as regras estabelecidas no edital, informados com a antecedência mínima prevista na lei, com vasta publicidade pelo órgão oficial e pela imprensa particular.

A Lei nº 8.666/93, demonstra no artigo 23, os casos que se aplica a modalidade concorrência, conforme apresentado no Quadro 3.

**Quadro 3 – Situações em que a modalidade concorrência é obrigatória**

|  |  |
| --- | --- |
| **Concorrência** | a) obras e serviços de engenharia de valor superior a um milhão e quinhentos mil reais; (Art. 23, inciso I - c)  b) compras e serviços que não sejam de engenharia, de valor superior a seiscentos e cinquenta mil; (Art. 23, inciso II - c)  c) A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art 19, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País. (§ 3º do artigo 23, alterado pela Lei nº 8.883/94);  d) concessões de direito real de uso (§ 3º do art. 23);  e) licitações internacionais, com a ressalva para a tomada de preços e para o convite, na hipótese do § 3º do artigo 23;  f) alienação de bens móveis de valor superior ao previsto no art.23, II b (art. 17, § 6º);  g) para o registro de preços (art. 15, § 3º, I), exceto a possibilidade de utilização do pregão, conforme artigos 11 e 12 da Lei nº 10.520/2002 |

Fonte: Elaborado a partir da Lei 8.666/93

Meirelles (2006, p.314) descreve os requisitos da concorrência “[...] a universalidade, a ampla publicidade, a habilitação preliminar e o julgamento por comissão. Admite a participação internacional de concorrentes, o consórcio de firmas e a pré-qualificação dos licitantes.”.

Meirelles (2006), menciona os requisitos da modalidade de licitação concorrência, conforme exposto no Quadro 4.

**Quadro 4 – Requisitos da modalidade de licitação concorrência**

|  |  |
| --- | --- |
| **Universalidade** | É a possibilidade que se oferece à participação de quaisquer interessados na concorrência, independentemente de registro cadastral na Administração que a realiza ou em qualquer outro órgão público. |
| **Ampla publicidade da convocação** | Para a concorrência é requisito essencial, por relacionar-se com o princípio da universalidade. O que a lei exige é a divulgação da abertura da concorrência com a maior amplitude possível e desejável, tendo em vista o vulto e a complexidade do seu objeto. |
| **Habilitação preliminar** | Na concorrência, constitui fase inicial do procedimento licitatório, realizada após sua abertura, enquanto na tomada de preços e no convite é anterior. |
| **Julgamento por comissão** | Por outro lado, o julgamento dos requisitos pessoais dos interessados, sob o aspecto da capacidade jurídica, da regularidade fiscal, da qualificação técnica e da idoneidade econômico-financeira, compete sempre a uma Comissão de pelo menos três membros, que pode ser a mesma que irá julgar as propostas, como ocorre comumente. |
| **Concorrência internacional** | É aquela em que se permite a participação de firmas internacionais e estrangeiras, isoladamente ou em consórcio com empresas nacionais. O seu procedimento é o mesmo de qualquer concorrência, apenas com sujeição às diretrizes estabelecidas elos órgãos federais responsáveis pela política monetária e do comércio exterior, ou seja, às normas expedidas pelo banco Central do Brasil e pelo ministério da Fazenda. |
| **Consórcio de empresas ou firmas** | É a associação de dois ou mais interessados na concorrência (empresas ou profissionais), de modo que, somando a técnica capital, trabalho e know-how, possam executar um empreendimento que, isoladamente, não teriam condições de realizar. |
| **Pré-qualificação** | É a verificação prévia da idoneidade jurídica, técnica e financeira de firmas ou consórcios para participarem de determinadas e futuras concorrências de um mesmo empreendimento. |

Fonte: Elaborado a partir de Meirelles (2006)

Conforme Bacellar (2007), a modalidade concorrência é considerada a mais completa das modalidades de licitação e, é apontada como símbolo da licitação no Brasil. As fases que essa modalidade exige, acaba por filtrar a melhor e mais vantajosa proposta para a Administração Pública.

2.5.2 Tomada de preços

A Lei nº 8.66/93, Art. 22 § 2º descreve “Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.”.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 23, os casos em que deve ser aplicada a modalidade tomada de preços, são mencionados no Quadro 5.

**Quadro 5 – Situações em que se aplica a modalidade tomada de preços**

|  |  |
| --- | --- |
| **Tomada de Preços** | Lei 8.666/96 Art 23, inciso I – para obras e serviços de engenharia: b) tomada de preços – até R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);  Lei 8.666/96 Art 23, inciso II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior: b) tomada de preços – até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).  Lei 8.666/96 Art 23, § 3º - nas licitações internacionais, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País. (§ 3º do artigo 23, alterado pela Lei nº 8.883/94); |

Fonte: Elaborado a partir da Lei nº 8.666/93

Segundo Meirelles (2006), a modalidade tomada de preços tem o mesmo procedimento da modalidade concorrência, inclusive o julgamento por comissão de três membros. A única diferença entre as duas, é a presença da habilitação prévia dos licitantes, por meio dos registros cadastrais, que se resume em verificar os dados contidos nos certificados dos interessados e os mesmos possuem a real capacidade requisitada no edital.

A tomada de preços, destinada a transações de vulto médio, é a modalidade em que a participação na licitação restringe-se:

a) às pessoas previamente inscritas em cadastro administrativo, organizado em função dos ramos de atividades e potencialidades dos eventuais proponentes, e

b) aos que, atendendo a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior à data fixada para recebimento das propostas, o requeiram e sejam, destarte, qualificados. (MELLO, 2007, p. 538).

Blanchet (2007, p. 105) complementa que “A Tomada de Preços, ao contrário da Concorrência, é a modalidade cuja escolha se dá exclusivamente em função do valor estimado da contratação, sendo a modalidade cabível sempre que o valor for entre o limite máximo para Convite e mínimo para Concorrência.”.

2.5.3 Convite

Segundo Marçal (2008), a modalidade convite pode ser considerada a mais simples dentre as modalidades comuns de licitação. Isso porque a Administração Pública, pode escolher interessados capazes, que não precisam estar necessariamente cadastrados para participar da licitação.

Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. (LEI 8.66/93, Art. 22 § 3º).

Blanchet (2007, p. 105) menciona que “O Convite é a modalidade utilizada quando o valor estimado da contratação, encontra-se entre o limite máximo para dispensa de licitação e o mínimo a partir do qual deve-se promover Tomada de Preços.”. Conforme a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 23, os casos em que deve ser aplicada a modalidade convite, estão descritos no Quadro 6.

**Quadro 6 – Situações em que se aplica a modalidade convite**

|  |  |
| --- | --- |
| **Convite** | Lei 8.666/96 Art 23, inciso I – para obras e serviços de engenharia: a) convite – até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);  Lei 8.666/96 Art 23, inciso II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior: a) convite – até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). |

Fonte: Elaborado a partir da Lei nº 8.666/93

Meirelles (2006) explica, que a modalidade convite, não demanda publicação, pelo fato de a Administração Pública, escolher aos participantes através de carta-convite. Mas a lei exige que seja divulgado, cópia do instrumento convocatório em local apropriado, para que outros interessados, cadastrados na mesma categoria, possam manifestar interesse, em até vinte e quatro horas antes da apresentação das propostas. E, deve a administração, convidar outro fornecedor, a cada novo convite, que não tenha participado do convite anterior, realizado para objeto idêntico.

2.5.4 Concurso

De acordo com Meirelles (2006, p. 322), concurso “É a modalidade especial de licitação que, embora sujeita aos princípios da publicidade e da igualdade entre os participantes, objetivando a escolha do melhor trabalho, dispensa as formalidades específicas da concorrência.”.

Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. (LEI nº 8.666/93, Art. 21, § 4º)

Conforme Mello (2007, p. 540) “O concurso terá regulamento próprio, acessível aos interessados no local indicado no edital. Seu julgamento e efetuado por comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria, sejam ou não servidores públicos.”.

A Lei 8.666/93 em seu artigo 51 destaca:

A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não. (LEI nº 8.666/93, Art. 51, § 5º).

Meirelles (2006) conclui ao explicar que a lei consente essa modalidade de licitação para produção e composição de projetos, desde que as condições estejam fixadas no regulamento do concurso. Pois este, é que vai indicar, qual será a qualificação exigida, decretará as diretrizes e a forma de apresentação do trabalho, firmará as circunstâncias da realização dos trabalhos, e os prêmios a serem oferecidos, formará a comissão julgadora e determinará os critérios de julgamento. Afirma ainda que, essa modalidade deve ser anunciada através de edital, com vasta divulgação pela imprensa oficial e particular, com um prazo mínimo de quarenta e cinco dias.

2.5.5 Leilão

Conforme Marçal (2008, p. 366), “O Leilão se peculiariza pela concentração, em uma única oportunidade, de diversos atos destinados à seleção da proposta mais vantajosa. Além disso, o leilão de diferencia pela possibilidade de multiplicação de propostas por parte de um mesmo interessado.”.

Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis, prevista no art. 19, a quem oferecer maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação. (LEI nº 8.66/93, Art. 22 § 5º).

Segundo Amorim (2017) a modalidade leilão deve ser aplicada nas seguintes situações conforme descritas no Quadro 7.

**Quadro 7 - Situações em que se aplica a modalidade leilão**

|  |  |
| --- | --- |
| **Leilão** | Venda de bens móveis inservíveis para a Administração;  Venda de bens imóveis avaliados, isolada ou globalmente, até 650.000;  Venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados;  Alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento. |

Fonte: Elaborado a partir de Licitações e Contratos Administrativos (2017)

Ainda segundo Marçal (2008), nessa modalidade, os interessados devem aparecer na data preestabelecida para o leilão, e formar verbalmente suas propostas. O policitante fica vinculado por sua proposta, até que uma melhor proposta seja feita, e assim, será dada como vencedora, a maior proposta. Nessa modalidade, a fase de habilitação é considerada desnecessária, ao invés disso, a administração poderá solicitar uma comprovação do interessado, para saber ele realmente poderá cumprir com sua proposta.

A administração poderá valer-se de dois tipos de leilão: o comum, privativo de leiloeiro oficial, onde houver; e o administrativo propriamente dito. O leilão comum é regido pela legislação federal pertinente, mas as condições de sua realização poderão ser estabelecidas pela Administração interessada; o leilão administrativo é o instituído para a venda de mercadorias apreendidas como contrabando, ou abandonadas nas alfândegas, nos armazéns ferroviários ou nas repartições públicas em geral, observadas as normas regulamentares da Administração interessada. (MEIRELLES, 2006, p. 323).

Para encerrar, conforme Bacellar (2007), “Inservibilidade não é não é sinônimo de imprestabilidade, já que o que é inservível para a Administração pode ser bem utilizado pelo particular interessado.”.

2.5.6 Pregão

Mello (2007, p. 543) descreve a modalidade pregão como “A modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.”.

A Lei nº 10.520/2002, art.1º § único descreve “Consideram-se bens e serviços comuns, para fins e efeitos desse artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”.

Segundo Di Pietro (2008), a modalidade pregão semelhante às outras modalidades, pois acontece por meio de atos praticados pela Administração Pública e também pelos licitantes, seguindo todas as regras do respectivo processo, que é composto por duas fases. A fase interna, também chamada de fase preparatória, que antecede a abertura do procedimento ao público, é composta por algumas exigências. Essas exigências estão descritas na Lei nº 10.520/02, conforme apresentadas no Quadro 8.

**Quadro 8 – Exigências da fase interna da modalidade pregão**

|  |  |
| --- | --- |
| **Fase interna da Modalidade Pregão** | I – A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;  II – A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;  III – Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e  IV – A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. |

Fonte: Elaborado a partir da Lei nº 10.520/02

Já a fase externa, começa com divulgação do aviso do edital de convocação. Essa é um pouco mais complexa, mas que a Lei nº 10.520/02 descreve quais regras devem ser seguidas, as quais resumidamente são: publicação do edital, o julgamento e classificação das propostas, habilitação do licitante vencedor, adjudicação, homologação e designação do pregoeiro, conforme apresentadas no Art. 4º dos incisos I ao XXIII.

Di Pietro (2008) afirma “Como se verifica, são as mesmas fases da concorrência, com a peculiaridade de que o pregão contém uma inversão de fases de classificação e habilitação.”.

Existe ainda o pregão eletrônico como descreve Meirelles (2006):

Pregão eletrônico é aquele efetuado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, ou seja, por meio de comunicação pela internet. É a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo preferencial a forma eletrônica. Seu procedimento segue as regras básicas do pregão comum, mas, como é evidente, deixa de ocorrer a presença física do pregoeiro e dos participantes, já que todas as comunicações são feitas por via eletrônica. (MEIRELLES, 2006, p. 327).

Complementa ainda, que existe a possibilidade de fazer o pregão eletrônico, e que este, compreende as mesmas fazes do procedimento anterior, mas possui algumas obrigações a mais, conforme apresentadas pelo Decreto nº 10.024/2019, Art. 3º incisos I ao XI. Para garantir a segurança da modalidade pregão na forma eletrônica, o Decreto nº 10.024/2019 diz:

“O pregão na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”. (DECRETO nº 10.024/2019, Art. 2º).

De acordo com Mello (2007), “O pregão é uma forma de leilão não para alienar, mas adquirir bens e serviços comuns.”. Complementa, ainda que essa modalidade possui duas características que a difere das demais, uma delas é o fato de o pregão ser aplicável a qualquer que seja o valor do bem ou serviço a ser adquirido ou contratado, e a outra e que o exame da habilitação, acontece depois do exame das propostas, e não antes como ocorre nas demais modalidades de licitação.

2.6 Tipos de licitação

Marçal (2008, p. 376) afirma que “Tipo de licitação consiste no procedimento licitatório orientado a selecionar a proposta mais vantajosa segundo um critério de julgamento predeterminado.”. Diante desse contexto, conclui-se que os tipos de licitação não devem ser confundidos com as modalidades de licitação, visto que, o tipo é a adoção de um critério para julgamento, levando em consideração, as regras procedimentais descritas e a modalidade é a estrutura procedimental da licitação.

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 45 § 1º, descreve quatro tipos de licitação “Para os efeitos desse artigo, constituem tipo de licitação, exceto na modalidade concurso: I - a de menor preço; II - a de técnica; III - a de técnica e preço; e IV - a de maior lance ou oferta.”.

Marçal (2008) conceitua os tipos de licitação, conforme apresentado no Quadro 9.

**Quadro 9 – Tipos de licitação conceitos**

|  |  |
| --- | --- |
| **Menor Preço** | É orientada a selecionar a proposta de preço. O ato convocatório deverá estabelecer o critério de determinação do melhor preço, que não pode ser confundido com o menor valor monetário nominal. Existem casos em que, um desembolso de valor mais elevado, dará vantagens maiores à Administração Pública. Por isso, é necessário que o edital estabeleça mecanismos de avaliação da qualidade e de possíveis reflexos em relação ao preço ofertado, um mínimo de qualidade é indispensável para satisfazer o ente público. |
| **Técnica** | É reservada a licitação de técnica para serviços de natureza predominantemente intelectual. Nesse caso, o edital prevê a apresentação de duas propostas, uma técnica e outra comercial, contemplando critérios objetivos para sua avaliação. Costuma-se utilizar a licitação de técnica à contratação de serviços intelectuais, onde existe uma atuação peculiar e insubstituível do ser humano. |
| **Técnica e Preço** | Nas licitações de técnica e preço, faz-se a seleção da proposta vencedora, por meio de uma avaliação conjunta de atributos de qualidade e preço. Primeiro julgam-se as propostas técnicas, com um mínimo de qualidade exigida. Depois são avaliadas as propostas comerciais, que são classificadas segundo menor preço. A diferença na licitação de técnica e preço, é que o vencedor é encontrado por uma média entre as notas técnicas e comerciais, onde o edital pode estabelecer essas notas no edital. |
| **Maior Lance ou Oferta** | É utilizada pela Administração Pública para alienação de bens e direitos. Será vencedora, a proposta que oferecer a maior vantagem econômica. Usualmente, o ato convocatório estabelece que a oferta será feita em moeda corrente (nacional ou não). Mas não há impedimento que haja ofertas de outra ordem, tal como metros quadrados edificados, extensão de pavimento rodoviário, etc. |

Fonte: Elaborado a partir de Marçal (2008)

Blanchet (2007), complementa que a distinção entre modalidades e tipos de licitação, se caracteriza pelo fato de que as modalidades são relacionadas à função e especificidades do processo administrativo de cada uma. Já os tipos de licitação, são relacionados aos fatores utilizados nos critérios de julgamento.

2.7 da publicidade

Segundo Amorim (2017), “São definidos prazos mínimos entre a publicação do aviso de licitação e a data designada para a realização da sessão pública, variando os prazos de acordo com a modalidade, tipo e o regime de execução.”. Conforme apresentado no Quadro 10.

**Quadro 10 – Prazos para publicidade da licitação**

|  |  |
| --- | --- |
| **Modalidade** | **Prazo mínimo para publicação do edital** |
| **Concorrência** | 45 dias: quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço, ou regime de execução do objeto por empreitada integral;  30 dias: para os demais casos. |
| **Tomada de Preços** | 30 dias: no caso de licitação do tipo melhor técnica ou técnica e preço;  15 dias: para os demais casos. |
| **Convite** | 5 dias úteis: em qualquer caso. |
| **Leilão** | 15 dias úteis: em qualquer caso. |
| **Pregão Presencial ou Eletrônico** | 8 dias úteis: em qualquer caso. |
| **Concurso** | 45 dias: em qualquer caso. |

Fonte: Elaborado a partir da Lei 8.666 (1993)

De acordo com o art. 21, § 3º da Lei nº 8.666/93, os prazos devem ser contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

2.8 Inexigibilidade e dispensa de licitação

De acordo com Meirelles (2006), “Ocorre a inexigibilidade de licitação quando há impossibilidade jurídica de competição entre contratantes, quer pela natureza específica do negócio, quer pelos objetivos socais visados pela Administração.”.

A Lei nº 8.666/93 destaca que “É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial”, nos casos demonstrados no Quadro 11.

**Quadro 11 – Casos em que existe a inexigibilidade de licitação**

|  |  |
| --- | --- |
| **Inexigibilidade** | I – Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;    II – Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;  III – Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. |

Fonte: Elaborado a partir da Lei nº 8.666/93

Bacellar (2007) conclui que “Pressupondo a inviabilidade da competição, em razão da natureza do negócio, do objeto a ser licitado ou da notória ausência de competidores, impede a realização da licitação.”.

Já no que se refere à dispensa de licitação, Bacellar (2007) descreve que “É um ato discricionário, facultando-se à Administração Pública, diante do caso concreto, realizar a licitação ou deixar de realiza-la, mediante avaliação dos critérios de conveniência e oportunidade.”. As situações em que a licitação é dispensada estão descritas no art. 25 da Lei nº 8.666/93.

2.9 Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 – principais mudanças

Nesta seção, serão abordadas algumas das mudanças que a Lei nº 14.133/2021 trouxe a respeito das licitações visto ainda é muito recente e um assunto que precisa ser muito estudado. Uma dessas mudanças, foi o aumento dos princípios norteadores da licitação.

Na aplicação desta lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942. (LEI nº 14.133/2021, Art. 5º).

Outra grande mudança ocorreu quanto às modalidades de licitação, onde a modalidade pregão agora passa a fazer parte da mesma lei, que integra as demais modalidades. A tomada de preços e convite foram excluídas, e criou-se uma nova modalidade, denominada diálogo competitivo. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 “São modalidades de licitação: I - pregão; II - concorrência; III – concurso; IV – leilão; V – diálogo competitivo.”. Quanto aos critérios para a escolha e uso, agora todas as modalidades passam a ser designadas pela natureza do objeto, e não mais pelo valor correspondente.

Almeida (2021) cita as mudanças que ocorreram nos objetivos e finalidades da licitação com a nova Lei:

Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar, tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobre preço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. (ALMEIDA, 2021, p. 16).

Sem contar que ocorreram mudanças em cada modalidade, segundo Almeida (2021), a modalidade pregão, agora passa a ser obrigatória para a aquisição e contratação de bens e serviços. Na modalidade leilão, a alienação de bens, engloba tanto bens móveis como bens imóveis, inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, independentemente do valor ou da forma da aquisição. A modalidade concorrência, não pode mais ser aplicada à alienação de bens. E a grande novidade, que foi a criação da modalidade diálogo competitivo, conforme descreve a Lei nº 14.133/2021:

Diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública, realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos. (LEI nº 14.133/2021, Art. 6º, inciso XLII).

De acordo com a Lei nº 14.133/2021 em seu Art. 33, os critérios de julgamento também sofreram alterações “O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: I – menor preço; II – maior desconto; III - melhor técnica ou conteúdo artístico; IV – técnica e preço; V – maior lance, no caso de leilão; e VI – maior retorno econômico.”. Conforme Herbert (2021), vale ressaltar que, não se pode confundir a melhor técnica ou conteúdo artístico com a melhor técnica da Lei nº 8.666/93. Uma vez que, a melhor técnica ou conteúdo artístico não considera o preço e pode ser adota na modalidade concurso, características que na melhor técnica não eram possíveis. Alerta ainda, que o maior lance fica restrito apenas à modalidade leilão, e que o critério de maior retorno econômico é cabível aos contratos de eficiência. E ainda, houve mudanças no quesito modo de disputa:

O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I – Aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II – Fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para a sua divulgação;

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

§ 3º Serão considerados intermediários os lances:

I – Iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

II – Iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento. (LEI nº 14.133/2021, Art. 56)

Os modos de disputa que antes não eram previstos, agora estão expressos na Lei e podem ser adotados isoladamente ou em conjunto. Dito isso, de uma forma muito resumida, foram apresentadas algumas das muitas mudanças que a Lei 14.133/2021 aborda sobre as licitações. Vale ressaltar que o não aprofundamento na nova Lei de licitações, não é prejudicial ao presente trabalho, visto que o mesmo, utilizará de análise de documentos e licitações referente aos anos de 2017 a 2020, as quais foram regidas pela Lei nº 8.666/93.

3. Metodologia DA PESQUISA

O presente trabalho de conclusão de curso, caracteriza-se como pesquisa descritiva, pelo fato de analisar o processo licitatório na prefeitura do município de Taió no período de 2017 a 2020. Segundo Gil (2018, p. 26) a pesquisa descritiva “[...] têm como objetivo primordial, a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”. A pesquisa buscou evidenciar as modalidades de licitação utilizadas nesse período, identificar o valor das licitações anualmente, demonstrar os valores gastos na aquisição de cada espécie de bem ou serviço, verificar quantas empresas participantes das licitações que são da cidade de Taió, quantas são Alto Vale do Itajaí e quantas empresas são de fora, quantas dessas empresas se enquadram como ME/EPP e ainda, indicar as mudanças no processo licitatório de acordo com a Lei nº 14.133/2021 da Nova Lei de Licitações.

Já os procedimentos aplicados, utilizou-se de levantamento documental, com análise qualitativa, uma vez que foram analisadas todas as licitações homologadas no site da prefeitura do município de Taió, no período de 2017 a 2020. Conforme Creswell (2010, p. 216) “A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados.”.

A pesquisa foi executada da seguinte forma: no dia 26 de março de 2021, realizou-se uma reunião virtual, com uma representante do Observatório Social de Rio do Sul, pelo fato de ter conhecimento que essa instituição desenvolve uma pesquisa semelhante. Nessa reunião foram abordadas as formas de levantamento desses dados e a posterior divulgação dos mesmos. Optou-se por seguir as dicas do Observatório Social de Rio do Sul para levantar os dados da presente pesquisa, os quais foram feitos através de planilhas em excel sendo desenvolvida uma para cada ano estudado. Destaca-se que as planilhas não puderam ser incluídas nos anexos deste trabalho, pelo fato de serem muito extensas e dificultarem uma demonstração entendível aos leitores, pois são quatro planilhas, uma para cada ano estudado, onde a menor delas é composta por 27 colunas, 113 linhas e gerada em PDF forma 68 páginas. Mas as mesmas poderão ser solicitadas as autoras se houver interesse em visualizar a forma como foram levantados os dados da pesquisa.

Com base nessa reunião decidiu-se aplicar um levantamento semelhante no município de Taió e definiu-se o tema do presente trabalho (escolheu-se o período a ser estudado, quais informações levantar, algumas técnicas escolhidas e a apresentação final). Foram estudadas todas as licitações homologadas no período de 2017 a 2020, e classificadas, por modalidades, tipo de bem ou serviço contratado e valores gastos anualmente.

4. licitações no município de taió

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos através da pesquisa, tendo como apoio para análise a supramencionada revisão de literatura, a fim de cumprir com o objetivo proposto para este trabalho.

Primeiramente, com base nos dados extraídos do Portal da Transparência do Município de Taió, as licitações estudadas são classificadas apenas como as homologadas, seguindo para uma segunda classificação, que corresponde às licitações com empresas participantes e vencedoras, que são do município de Taió, do Alto Vale do Itajaí e empresas que são de fora do alto vale. Segundo a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, são 28 o número de municípios que fazem parte do Alto Vale do Itajaí e estão apresentados no Quadro 12.

**Quadro 12 – Municípios que compõe o Alto Vale do Itajaí**

|  |  |
| --- | --- |
| Agrolândia  Agronômica  Atalanta  Aurora  Braço do Trombudo  Chapadão do Lageado  Dona Emma  Ibirama  Imbuia  Ituporanga  José Boiteux  Laurentino  Lontras  Mirim Doce | Petrolândia  Pouso Redondo  Presidente Getúlio  Presidente Nereu  Rio do Campo  Rio do Oeste  Rio do Sul  Salete  Santa Terezinha  Taió  Trombudo Central  Vidal Ramos  Vitor Meireles  Witmarsum |

Fonte: Elaborado a partir de Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI

A partir desta classificação foram estudados os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, com o objetivo levantar os números relacionados aos objetivos da pesquisa e analisar o processo licitatório do município de Taió.

4.1 licitações no município de taió – ano 2017

No ano de 2017, o município de Taió teve um total de 113 licitações homologadas, das quais 112 foram para a prefeitura e 1 foi para a câmara de vereadores. Em relação aos valores, o valor de referência total informado no edital foi de R$ 13.725.143,92 para o ano de 2017, já o valor total que foi homologado, ou seja, pago pelo município foi o valor de R$ 11.702.228,08 conforme demonstrados na Tabela 1.

**Tabela 1 – Valor das licitações no ano 2017**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Homologadas** | **Total** | **%** | **Classe** | **Valores:** | **%** |
| Ano 2017 | 113 | 100% | Referência | 13.725.143,92 | 100% |
| Prefeitura | 112 | 99% | Homologados | 11.702.228,08 | 85% |
| Câmara de Vereadores | 1 | 1% | Diferença/economia | 2.082.918,84 | 15% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar conforme a Tabela 1, uma economia de R$ 2.082.918,84 no ano de 2017 ao longo do ano, pelo fato de existir o processo licitatório, que permite a disputa entre os participantes e como consequência gera uma economia para a entidade requisitante, aqui representada pelo município de Taió.

**Gráfico 1 – Valor total/economia no ano 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Quadro 1 ilustra que cerca de 15 % do valor de referência foram economizados no ano de 2017 e puderam ser realocados pela gestão pública do município, conforme as necessidades da população.

**Gráfico 2 – Áreas de aplicação dos recursos no ano 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 2 ilustra as áreas de aplicação dos recursos que foram especificadas nos editais em 2017 apenas como câmara de vereadores, secretaria da saúde, assistência social e município de Taió. Não foram especificadas para quais secretarias os recursos foram enviados, pelo fato de o organograma do município estar organizado de uma forma em que as compras são feitas pelo município e realocadas conforme as necessidades de cada secretaria. Por esse motivo a pesquisa tornou-se limitada, pelo fato de não poder especificar os valores aplicados em cada espécie de bens e/ou serviços contratados pela administração.

Ao que se refere às modalidades de licitação, conforme apresentadas na Tabela 2, em 2017 foram utilizadas quatro modalidades, mais as realizações feitas através de inexigibilidade e dispensa de licitação. Constatou-se que durante o ano, a modalidade mais utilizada foi a modalidade Pregão Presencial, representada por 73 das 112 licitações homologadas.

**Tabela 2 – Descritivo das modalidades de licitação no ano 2017**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidades** | **Licitações** | **%** | **Valor** |
| Concorrência | 1 | 1% | 13.200,00 |
| Convite | 18 | 16% | 719.617,39 |
| Dispensa | 10 | 9% | 430.014,65 |
| Inexigibilidade | 4 | 4% | 117.800,00 |
| Pregão Presencial | 73 | 65% | 9.440.422,01 |
| Tomada de Preços | 6 | 5% | 981.173,03 |
| **Total** | **112** | 100% | **11.702.227,08** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em seguida ficou a modalidade convite com 18 participações, a modalidade dispensa com 10 participações e a modalidade concorrência com 1 participação. Teve 6 licitações que aconteceram para a tomada de preços e apenas 4 licitações foram feitas por inexigibilidade, que ocorre por impossibilidade de competição entre os participantes.

**Gráfico 3 – Percentual de cada modalidade de licitação no ano 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação aos percentuais de participação, cerca de 65% das licitações foram realizadas através do pregão presencial, conforme demonstrados pelo Gráfico 3.

A Tabela 3 aponta que no ano de 2017, nas 112 licitações homologadas, identificou-se 285 participações de empresas, onde 121 dessas participações foram de empresas do município de Taió, 75 foram de empresas do Alto Vale do Itajaí e 89 foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí.

**Tabela 3 – Empresas participantes/Empresas vencedoras no ano 2017**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Participações** | **Total de empresas** | **%** | **Vencedoras** | **Total de empresas** | **%** |
| Ano 2017 | 285 | 100% | Ano 2017 | 211 | 100% |
| Empresas de Taió | 121 | 42% | Empresas de Taió | 93 | 44% |
| Empresas do Alto Vale | 75 | 26% | Empresas do Alto Vale | 49 | 23% |
| Empresas de fora | 89 | 31% | Empresas de fora | 69 | 33% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Identificou-se que das 285 participações de empresas no ano de 2017, tiveram 211 participações que foram vencedoras no processo licitatório do município.

**Gráfico 4 – Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar no Gráfico 4 que a maioria das participações vencedoras no ano de 2017, foram de empresas do município de Taió, que representou 93 das 211 participações, indicando que 44% do valor licitado do ano 2017, retornou ao município através das empresas vencedoras. Em seguida ficaram as participações de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí com 69 e 49 participações de empresas do Alto Vale do Itajaí exceto Taió.

**Tabela 4 – Valor das empresas vencedoras no ano 2017**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores** | **Total de empresas** | **Total empresas** | **%** |
| Ano 2017 | 211 | 11.702.228,08 | 100% |
| Valor Empresas de Taió | 93 | 4.041.684,17 | 35% |
| Valor Empresas do Alto Vale | 49 | 3.670.227,55 | 31% |
| Valor Empresas de Fora | 69 | 3.990.316,36 | 34% |

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 4 reflete que no ano de 2017, as 112 licitações realizadas totalizaram o valor de R$ 11.702.228,08. Desse total, R$ 4.041.684,17 foram para empresas do município de Taió, R$ 3.670.227,55 foram para empresas que fazem parte do Alto Vale do Itajaí e 3.990.316,36 foram para empresas que são de fora do Alto Vale do Itajaí.

**Gráfico 5 – Valor das empresas vencedoras por região no ano 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em se tratando de valores licitados no ano de 2017, 35% do valor total representado por R$ 4.041.684.17 foram das empresas vencedoras que pertencem ao município de Taió, 31% representa o valor das empresas do Alto Vale do Itajaí e 34% representa o Valor das empresas de fora do Alto Vale do Itajaí, conforme reflete o Gráfico 5.

Outra informação que a pesquisa buscou analisar, é a quantidade de participações vencedoras o ano de 2017 que foram representadas por empresas classificadas como ME – Microempresa e EPP – Empresa de Pequeno Porte, e que usufruíram do benefício da Lei Complementar nº 123/06, onde empresas enquadradas nessas duas categorias possuem uma vantagem de 5% a 10% em relação às empresas de porte maior.

**Tabela 5 – Qtd e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano 2017**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores ME/EPP** | **Nº de empresas** | **%** | **Vencedores ME/EPP** | **Valor** | **%** |
| Ano 2017 | 141 | 100% | Ano 2017 | 6.575.350,61 | 100% |
| Empresas ME de Taió | 76 | 54% | Valor Empresas de Taió | 2.634.884,72 | 40% |
| Empresas ME do Alto Vale | 26 | 18% | Valor Empresas do Alto Vale | 1.741.017,32 | 26% |
| Empresas ME de fora | 39 | 28% | Valor Empresas de Fora | 2.199.448,57 | 33% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 5 demonstra que no ano de 2017, das 211 participações vencedoras das licitações no município de Taió, constatou-se que 141 foram de empresas enquadradas como Microempresa e Empresas de Pequeno Porte

**Gráfico 6 – Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 6 ilustra que dessas 141 participações, identificou-se que 76 foram de empresas do município de Taió, representando cerca de 54% do total. Em relação ao Alto Vale do Itajaí constatou-se 26 participações, representando um total de 18%. Já as participações de fora do Alto Vale do Itajaí foram 39 cerca de 28% do total das participações.

**Gráfico 7 – Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2017**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme apresentado o Gráfico 7, o valor maior ficou com empresas ME/EPP do município de Taió representado por R$ 2.634.884,72. Em seguida ficaram as empresas ME/EPP de fora do Alto Vale do Itajaí com um valor de 2.199.448,57 e as empresas do Alto Vale do Itajaí representaram um valor de 1.741.017,32. Pode-se observar que 40% do valor total vencido pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte voltou para o Município através das empresas locais.

4.2 licitações no município de taió – ano 2018

No ano de 2018, o município de Taió teve um total de 94 licitações homologadas, das quais 92 foram para a prefeitura e 2 foram para a câmara de vereadores. Em relação aos valores, o valor de referência total informado nos editais foi de R$ 16.868.939,86 para o ano de 2018, já o valor total que foi homologado, ou seja, pago pelo município foi o valor de R$ 14.452.743,90 conforme demonstra a Tabela 6.

**Tabela 6 – Valor das licitações no ano 2018**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Homologadas** | **Total** | **%** | **Classe** | **Valores:** | **%** |
| Ano 2018 | 94 | 100% | Referência | 16.868.939,86 | 100% |
| Prefeitura | 92 | 98% | Homologados | 14.452.743,90 | 86% |
| Câmara de Vereadores | 2 | 2% | Diferença/economia | 2.416.195,96 | 14% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar conforme a tabela 6, uma economia de R$ 2.416.195,96 no ano de 2018, pelo fato de existir o processo licitatório, que permite a disputa entre os participantes e, como consequência gera uma economia para a entidade requisitante, aqui representada pelo município de Taió.

**Gráfico 8 – Valor total/economia no ano 2018**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 8 ilustra que cerca de 14 % do valor de referência foi economizado no ano de 2018 e puderam ser realocados pela gestão pública do município, conforme as necessidades da população.

**Gráfico 9 – Áreas de aplicação dos recursos no ano 2018**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As áreas de aplicação dos recursos de acordo com o Gráfico 9, foram especificadas nos editais em 2018 apenas como câmara de vereadores, secretaria da saúde, assistência social e município de Taió. Não foram especificadas para quais secretarias os recursos foram enviados, pelo fato de o organograma do município estar organizado de uma forma em que as compras são feitas pelo município e realocadas conforme as necessidades de cada secretaria. Por esse motivo a pesquisa tornou-se limitada, pelo fato de não poder especificar os valores aplicados em cada espécie de bens e/ou serviços contratados pela administração.

Ao que se refere às modalidades de licitação, a Tabela 7 aponta que no ano de 2018 foram utilizadas quatro modalidades, mais as realizações feitas através de inexigibilidade e dispensa de licitação. Constatou-se que durante o ano, a modalidade mais utilizada foi a modalidade Pregão Presencial, representada por 70 das 94 licitações homologadas.

**Tabela 7 – Descritivo das modalidades de licitação no ano 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidades** | **Licitações** | **%** | **Valor** |
| Convite | 5 | 5% | 161.792,56 |
| Dispensa | 12 | 13% | 1.144.101,95 |
| Inexigibilidade | 1 | 1% | 85.680,00 |
| Pregão Eletrônico | 1 | 1% | 569.900,00 |
| Pregão Presencial | 70 | 74% | 11.134.036,22 |
| Tomada de Preços | 5 | 5% | 1.357.233,17 |
| **Total** | **94** | 100% | **14.452.743,90** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em seguida tiveram 12 licitações dispensadas, que acontecem quando o processo licitatório é facultativo pela administração pública, obedecendo as regras descritas em lei. Logo após ficaram empatadas a modalidade convite e as licitações para tomada de preços com 5 realizações cada. Realizou-se ainda 1 pela inexigibilidade de licitação. No ano de 2018 acontece então a primeira licitação do município de Taió, pela modalidade Pregão Eletrônico.

**Gráfico 10 – Percentual de cada modalidade de licitação no ano 2018**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação aos percentuais de participação, cerca de 75% das licitações foram realizadas através do pregão presencial conforme apresentado no Gráfico 10.

No ano de 2018 nas 94 licitações homologadas, identificou-se 277 participações de empresas, onde 82 dessas participações foram de empresas do município de Taió, 74 foram de empresas do Alto Vale do Itajaí e 121 foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí conforme relata a Tabela 8.

**Tabela 8 – Empresas participantes/Empresas vencedoras no ano 2018**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Participações** | **Total de empresas** | **%** | **Vencedoras** | **Total de empresas** | **%** |
| Ano 2018 | 277 | 100% | Ano 2018 | 198 | 100% |
| Empresas de Taió | 82 | 30% | Empresas de Taió | 70 | 35% |
| Empresas do Alto Vale | 74 | 27% | Empresas do Alto Vale | 41 | 21% |
| Empresas de fora | 121 | 44% | Empresas de fora | 87 | 44% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 8 ilustra ainda que das 277 participações no ano de 2018, tiveram apenas 198 que foram vencedoras no processo licitatório do município.

**Gráfico 11 – Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2018**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observa-se através do Gráfico 11, que a maioria das participações vencedoras no ano de 2018, foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí, que representaram 87 das 198 participações cerca de 44%, e que apenas 70 participações foram de empresas do município de Taió representadas por 35% do total. As participações do Alto Vale do Itajaí representaram 41 cerca de 21%.

**Tabela 9 – Valor das empresas vencedoras no ano 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores** | **Total de empresas** | **Valor empresas** | **%** |
| Ano 2018 | 198 | 14.447.563,26 | 100% |
| Valor Empresas de Taió | 70 | 5.180.784,07 | 36% |
| Valor Empresas do Alto Vale | 41 | 3.966.290,46 | 27% |
| Valor Empresas de Fora | 87 | 5.300.488,73 | 37% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No ano de 2018, a Tabela 9 aponta que as 94 licitações realizadas totalizaram o valor de R$ 14.447.563,26. Desse total, R$ 5.180.784,07 foram para empresas do município de Taió, R$ 3.966.290,46 foram para empresas que fazem parte do Alto Vale do Itajaí e 5.300.488,73 foram para empresas que são de fora do Alto Vale do Itajaí. Percebe-se que apesar da quantidade de participações de fora do Alto Vale do Itajaí terem sido consideravelmente maior do que as participações das empresas do município, o valor foi muito próximo com uma diferença de apenas R$ 119.704,66, um valor pequeno em relação ao total de cada categoria.

**Gráfico 12 – Valor das empresas vencedoras por região no ano 2018**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em se tratando de valores licitados de acordo com o Gráfico 12, no ano de 2018, 36% do valor total representado por R$ 5.180.784,07 foram das empresas vencedoras que pertencem ao município de Taió, 37% foram para empresas de Fora do Alto Vale do Itajaí com R$ 5.300.488,73 e 27% para as empresas do Alto Vale do Itajaí representando R$ 3.966.290,46.

A quantidade de participações vencedoras o ano de 2018 que foram representadas por empresas classificadas como ME – Microempresa e EPP – Empresa de Pequeno Porte, e que usufruíram do benefício da Lei Complementar nº 123/06, onde empresas enquadradas nessas duas categorias possuem uma vantagem de 5% a 10% em relação às empresas de porte maior são apresentadas na Tabela 10.

**Tabela 10 – Qtde e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano 2018**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores ME/EPP** | **Nº de empresas** | **%** | **Vencedores ME/EPP** | **Valor** | **%** |
| Ano 2018 | 131 | 100% | Ano 2018 | 7.017.283,34 | 100% |
| Empresas ME de Taió | 58 | 44% | Valor Empresas de Taió | 3.328.015,32 | 47% |
| Empresas ME do Alto Vale | 26 | 20% | Valor Empresas do Alto Vale | 1.900.686,10 | 27% |
| Empresas ME de fora | 47 | 36% | Valor Empresas de Fora | 1.788.581,92 | 25% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em 2018, das 198 participações vencedoras das licitações no município de Taió, constatou-se que 131 foram de empresas enquadradas como Microempresa e Empresas de Pequeno Porte.

**Gráfico 13 – Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2018**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforma aponta o Gráfico 13, dessas 131 participações, identificou-se que 58 foram de empresas do município de Taió, representando cerca de 44% do total. Em relação ao Alto Vale do Itajaí constatou-se 26 participações, representando um total de 20%. Já as participações de fora do Alto Vale do Itajaí foram 47 cerca de 36% do total das participações.

**Gráfico 14 – Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2018**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 14 aponta que o valor maior ficou com empresas ME/EPP do município de Taió representado por R$ 3.328.015,32. Em seguida ficaram as empresas ME/EPP do Alto Vale do Itajaí com um valor de 1.900.686,10 e as empresas de fora do Alto Vale do Itajaí representaram um valor de 1.788.581,92. Pode-se observar que apesar da quantidade de participações de fora do Alto Vale do Itajaí terem sido maior, ainda assim 47% do valor total vencido pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte voltou para o Município de Taió através de suas empresas, representando o maior valor entre as três categorias.

4.3 licitações no município de taió – ano 2019

No ano de 2019, o município de Taió teve um total de 122 licitações homologadas e todas foram para a prefeitura. Em relação aos valores, o valor de referência total informado nos editais foi de R$ 25.639.762,12 para o ano de 2019, já o valor total que foi homologado, ou seja, efetivamente pago pelo município foi de R$ 19.722.082,01 conforme aponta a demonstradas na Tabela 11.

**Tabela 11 – Valor das licitações no ano 2019**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Homologadas** | **Total** | **%** | **Classe** | **Valores:** | **%** |
| Ano 2019 | 122 | 100% | Referência | 25.639.762,12 | 100% |
| Prefeitura | 122 | 100% | Homologados | 19.722.082,01 | 70% |
| Câmara de Vereadores | 0 | 0% | Diferença/economia | 5.932.680,11 | 30% |

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar conforme a Tabela 11, uma economia de R$ 5.932.680,11 ao longo do ano, pelo fato de existir o processo licitatório, que permite a disputa entre os participantes e, como consequência gera uma economia para a entidade requisitante, aqui representada pelo município de Taió.

**Gráfico 15 – Valor total/economia no ano 2019**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 15 ilustra que cerca de 23% do valor de referência foi economizado no ano de 2019 e puderam ser realocados pela gestão pública do município, conforme as necessidades da população.

**Gráfico 16 – Áreas de aplicação dos recursos no ano 2019**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As áreas de aplicação dos recursos de acordo com o Gráfico 16, foram especificadas nos editais em 2019 apenas como: câmara de vereadores, secretaria da saúde, assistência social, instituto de previdência social e município de Taió. Não foram especificadas para quais secretarias os recursos foram enviados, pois organograma do município está organizado de uma forma em que as compras são feitas pelo município e realocadas conforme as necessidades de cada secretaria. Por esse motivo a pesquisa tornou-se limitada, pelo fato de não poder especificar os valores aplicados em cada espécie de bens e/ou serviços contratados pela administração.

Ao que se refere às modalidades de licitação, no ano de 2019 foram utilizadas quatro modalidades, mais as realizações feitas através de inexigibilidade e dispensa de licitação. Constatou-se que durante o ano, conforme a Tabela 12 que a mais utilizada foi a modalidade Pregão Presencial, representada por 83 das 122 licitações homologadas.

**Tabela 12 – Descritivo das modalidades de licitação no ano 2019**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidades** | **Licitações** | **%** | **Valor** |
| Convite | 3 | 2% | 176.080,81 |
| Dispensa | 20 | 16% | 929.285,62 |
| Inexigibilidade | 4 | 3% | 39.400,00 |
| Pregão Eletrônico | 3 | 2% | 1.022.839,98 |
| Pregão Presencial | 83 | 68% | 14.856.909,55 |
| Tomada de Preços | 9 | 7% | 2.697.566,15 |
| **Total** | **122** | 100% | **19.722.082,11** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em seguida tiveram 20 licitações dispensadas, que acontecem quando o processo licitatório é facultativo pela administração pública, obedecendo as regras descritas em lei. Logo após ficaram as licitações para tomada de preços com 9 no total. Realizou-se ainda 4 licitações pela inexigibilidade de licitação. Ficaram empatadas as modalidades convite e pregão eletrônico com 3 licitações cada.

**Gráfico 17 – Percentual de cada modalidade de licitação no ano 2019**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação aos percentuais de participação, o Gráfico 17 aponta que cerca de 68% das licitações foram realizadas através do pregão presencial no ano de 2018.

No ano de 2019 nas 122 licitações homologadas, de acordo com a Tabela 13 identificou-se 321 participações de empresas, onde 103 dessas participações foram de empresas do município de Taió, 72 foram de empresas do Alto Vale do Itajaí e 146 foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí.

**Tabela 13 – Empresas participantes/Empresas vencedoras no ano 2019**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Participações** | **Total de empresas** | **%** | **Vencedoras** | **Total de empresas** | **%** |
| Ano 2019 | 321 | 100% | Ano 2019 | 244 | 100% |
| Empresas de Taió | 103 | 32% | Empresas de Taió | 84 | 34% |
| Empresas do Alto Vale | 72 | 22% | Empresas do Alto Vale | 54 | 22% |
| Empresas de fora | 146 | 45% | Empresas de fora | 106 | 43% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Identificou-se ainda que das 321 participações no ano de 2019, tiveram apenas 244 que foram vencedoras no processo licitatório do município.

**Gráfico 18 – Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2019**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar conforme Gráfico 18, que a maioria das participações vencedoras no ano de 2019, foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí, que representaram 106 das 244 participações cerca de 44%, e que 84 participações foram de empresas do município de Taió representadas por 34% do total. As participações do Alto Vale do Itajaí representaram 54 cerca de 22%.

**Tabela 14 – Valor das empresas vencedoras no ano 2019**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores** | **Total de empresas** | **Valor empresas** | **%** |
| Ano 2019 | 244 | 19.722.082,11 | 100% |
| Valor Empresas de Taió | 84 | 5.795.730,71 | 29% |
| Valor Empresas do Alto Vale | 54 | 9.019.975,49 | 46% |
| Valor Empresas de Fora | 106 | 4.906.375,91 | 25% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 14 aponta que no ano de 2019, as 122 licitações realizadas totalizaram o valor de R$ 19.722.082,11. Desse total, R$ 5.795.730,71 foram para empresas do município de Taió, R$ 9.019.975,49 foram para empresas que fazem parte do Alto Vale do Itajaí e 4.906.375,91 foram para empresas que são de fora do Alto Vale do Itajaí. Percebe-se que apesar de a quantidade de participações de fora do Alto Vale do Itajaí terem sido consideravelmente maior do que as outras duas regiões, as participações das empresas do Alto Vale do Itajaí tiveram o maior valor, com uma diferença de 4.133.599,58 a mais.

**Gráfico 19 – Valor das empresas vencedoras por região no ano 2019**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em se tratando de valores licitados o Gráfico 19 ilustra que no ano de 2019, 29% do valor total licitado, representado por R$ 5.795.730,71 foram das empresas vencedoras que pertencem ao município de Taió, 46% cerca de R$ 9.019.975,49 foram os valores vencidos por empresas do Alto Vale do Itajaí e 25% representado por 4.906.375,91 foram os valores vencidos por empresas de fora do Alto Vale do Itajaí.

A quantidade de participações vencedoras no ano de 2019 que foram representadas por empresas classificadas como ME – Microempresa e EPP – Empresa de Pequeno Porte, e que usufruíram do benefício da Lei Complementar nº 123/06, onde empresas enquadradas nessas duas categorias possuem uma vantagem de 5% a 10% em relação às empresas de porte maior são apresentadas na Tabela 15.

**Tabela 15 – Qtde e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano 2019**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores ME/EPP** | **Nº de empresas** | **%** | **Vencedores ME/EPP** | **Valor** | **%** |
| Ano 2019 | 196 | 100% | Ano 2019 | 15.193.348,68 | 100% |
| Empresas ME de Taió | 74 | 38% | Valor Empresas de Taió | 4.500.491,14 | 30% |
| Empresas ME do Alto Vale | 40 | 20% | Valor Empresas do Alto Vale | 7.489.911,18 | 49% |
| Empresas ME de fora | 82 | 42% | Valor Empresas de Fora | 3.202.946,36 | 21% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em 2019, das 244 participações vencedoras das licitações no município de Taió, constatou-se que 196 foram de empresas enquadradas como Microempresa e Empresas de Pequeno Porte.

**Gráfico 20 – Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2019**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com o Gráfico 20, dessas 196 participações, identificou-se que 74 foram de empresas do município de Taió, representando cerca de 38% do total. Em relação ao Alto Vale do Itajaí constatou-se 40 participações, representando um total de 20%. Já as participações de fora do Alto Vale do Itajaí foram 82 cerca de 42% do total das participações.

**Gráfico 21 – Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2019**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme apresentado o Gráfico 21, o valor maior ficou com empresas ME/EPP do Alto Vale do Itajaí representado por R$ 7.489.911,18. Em seguida ficaram as empresas ME/EPP do município de Taió com um valor de 4.500.491,14 e as empresas de fora do Alto Vale do Itajaí representaram um valor de 3.202.946,36. Pode-se observar que as empresas do Alto Vale do Itajaí tiveram o maior resultado no ano de 2019 com 49% do total, e ainda assim, 30% do valor total vencido pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte voltou para o Município de Taió através das empresas locais.

4.4 licitações no município de taió – ano 2020

No ano de 2020, o município de Taió teve um total de 77 licitações homologadas e todas foram para a prefeitura. Em relação aos valores, o valor de referência total informado nos editais foi de R$ 24.042.021,15 para o ano de 2020, já o valor total que foi homologado, ou seja, pago pelo município foi o valor de R$ 4.752.844,50 conforme apresentados na Tabela 16.

**Tabela 16 – Valor das licitações no ano 2020**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Homologadas** | **Total** | **%** | **Classe** | **Valores:** | **%** |
| Ano 2020 | 77 | 100% | Referência | 24.042.021,15 | 100% |
| Prefeitura | 77 | 100% | Homologados | 19.289.176,65 | 70% |
| Câmara de Vereadores | 0 | 0% | Diferença/economia | 4.752.844,50 | 30% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar conforme a tabela 16, uma economia de R$ 4.752.844,50 ao longo do ano, pelo fato de existir o processo licitatório, que permite a disputa entre os participantes e, como consequência gera uma economia para a entidade requisitante, aqui representada pelo município de Taió.

**Gráfico 22 – Valor total/economia no ano 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 22 ilustra que cerca de 20% do valor de referência foi economizado no ano de 2020 e puderam ser realocados pela gestão pública do município, conforme as necessidades da população.

**Gráfico 23 – Áreas de aplicação dos recursos no ano 2020**

Fonte: Elaborado pela autora

As áreas de aplicação dos recursos de acordo com o Gráfico 23, foram especificadas nos editais em 2020 apenas como: fundo municipal de saúde, fundo municipal de assistência social, instituto de previdência social e município de Taió. Novamente não foram especificadas para quais secretarias os recursos foram enviados, pois o organograma do município está organizado de uma forma em que as compras são feitas pelo município e realocadas conforme as necessidades de cada secretaria. Por esse motivo a pesquisa tornou-se limitada, pelo fato de não poder especificar os valores aplicados em cada espécie de bens e/ou serviços contratados pela administração.

Ao que se refere às modalidades de licitação, no ano de 2020 foram utilizadas seis modalidades, mais as realizações feitas através de inexigibilidade e dispensa de licitação. Constatou-se que durante o ano, a modalidade mais utilizada foi Pregão Presencial, representada por 52 das 77 licitações homologadas conforme apresenta a Tabela 17.

**Tabela 17 – Descritivo das modalidades de licitação no ano 2020**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidades** | **Licitações** | **%** | **Valor** |
| Convite | 5 | 6% | 361.149,13 |
| Concorrência | 5 | 6% | 1.397.658,69 |
| Dispensa | 1 | 1% | 170.000,00 |
| Inexigibilidade | 2 | 3% | 238.000,00 |
| Leilão | 1 | 1% | 294.050,00 |
| Pregão Eletrônico | 1 | 1% | 360.750,00 |
| Pregão Presencial | 52 | 68% | 12.998.129,06 |
| Tomada de Preços | 10 | 13% | 3.300.041,77 |
| **Total** | **77** | 100% | **19.119.778,65** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em seguida tiveram 10 licitações para tomada de preços, ficaram empatadas as modalidades convite e concorrência com 5 participações cada. Realizou-se ainda 2 licitações pela inexigibilidade de licitação. Houve 1 licitação dispensada, que acontecem quando o processo licitatório é facultativo pela administração pública, obedecendo as regras descritas em lei. As modalidades leilão e pregão eletrônico também tiveram 1 participação cada.

**Gráfico 24 – Percentual de cada modalidade de licitação no ano 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação aos percentuais de participação, o Gráfico 24 aponta que cerca de 68% das licitações foram realizadas através da modalidade pregão presencial.

A Tabela 18 apresenta que no ano de 2020 nas 77 licitações homologadas, identificou-se 358 participações de empresas, onde 90 dessas participações foram de empresas do município de Taió, 153 foram de empresas do Alto Vale do Itajaí e 115 foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí.

**Tabela 18 – Empresas participantes/Empresas vencedoras no ano 2020**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Participações** | **Total de empresas** | **%** | **Vencedoras** | **Total de empresas** | **%** |
| Ano 2020 | 358 | 100% | Ano 2020 | 197 | 100% |
| Empresas de Taió | 90 | 25% | Empresas de Taió | 62 | 35% |
| Empresas do Alto Vale | 153 | 43% | Empresas do Alto Vale | 50 | 28% |
| Empresas de fora | 115 | 32% | Empresas de fora | 67 | 37% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Identificou-se ainda que das 358 participações no ano de 2020, tiveram apenas 197 que foram vencedoras no processo licitatório do município.

**Gráfico 25 – Quantidade de participações vencedoras por região no ano 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar no Gráfico 25 que a maioria das participações vencedoras no ano de 2020, foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí, que representaram 85 das 197 participações cerca de 43%, e que 62 participações foram de empresas do município de Taió representadas por 32% do total. As participações do Alto Vale do Itajaí representaram 50 cerca de 25% do total.

**Tabela 19 – Valor das empresas vencedoras no ano 2020**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores** | **Total de empresas** | **Valor empresas** | **%** |
| Ano 2020 | 197 | 20.216.383,25 | 100% |
| Valor Empresas de Taió | 62 | 7.691.497,92 | 38% |
| Valor Empresas do Alto Vale | 50 | 6.493.798,95 | 32% |
| Valor Empresas de Fora | 85 | 6.031.086,38 | 30% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No ano de 2020 conforme aponta a tabela 19, as 77 licitações realizadas totalizaram o valor de R$ 20.216.383,25. Desse total, R$ 7.691.497,92 foram para empresas do município de Taió, R$ 6.493.798,95 foram para empresas que fazem parte do Alto Vale do Itajaí e 6.031.086,38 foram para empresas que são de fora do Alto Vale do Itajaí. Percebe-se que apesar de a quantidade de participações de fora do Alto Vale do Itajaí terem sido consideravelmente maior do que as participações do município de Taió, ainda assim, foi maior o valor das empresas locais.

**Gráfico 26 – Valor das empresas vencedoras por região no ano 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em se tratando de valores licitados no ano de 2020 o Gráfico 26 ilustra que, 38% do valor total representado por R$ 7.691.497,92 foram das empresas vencedoras que pertencem ao município de Taió, 32 % cerca de R$ 6.493.798,95 foi o valor vencido por empresas do Alto Vale do Itajaí e 30% representado por R$ 6.031.086,38 foi o valor vencido pelas empresas de fora do Alto Vale do Itajaí.

A quantidade de participações vencedoras o ano de 2020 que foram representadas por empresas classificadas como ME – Microempresa e EPP – Empresa de Pequeno Porte, e que usufruíram do benefício da Lei Complementar nº 123/06, onde empresas enquadradas nessas duas categorias possuem uma vantagem de 5% a 10% em relação às empresas de porte maior são apresentadas na Tabela 20.

**Tabela 20 – Qtde e valor das empresas enquadradas como ME/EPP participantes no ano 2020**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vencedores ME/EPP** | **Nº de empresas** | **%** | **Vencedores ME/EPP** | **Valor** | **%** |
| Ano 2020 | 149 | 100% | Ano 2020 | 11.141.216,51 | 100% |
| Empresas ME de Taió | 54 | 36% | Valor Empresas de Taió | 5.150.195,92 | 46% |
| Empresas ME do Alto Vale | 28 | 19% | Valor Empresas do Alto Vale | 2.330.523,18 | 21% |
| Empresas ME de fora | 67 | 45% | Valor Empresas de Fora | 3.660.497,41 | 33% |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 20 aponta que em 2020, das 197 participações vencedoras das licitações no município de Taió, constatou-se que 149 foram de empresas enquadradas como Microempresa e Empresas de Pequeno Porte.

**Gráfico 27 – Quantidade de participações ME/EPP por região no ano 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Dessas 149 participações vencedoras que são ME/EPP, identificou-se que 54 foram de empresas do município de Taió, representando cerca de 36% do total. Em relação ao Alto Vale do Itajaí constatou-se 28 participações, representando um total de 28%. Já as participações de fora do Alto Vale do Itajaí foram 67 cerca de 45% do total das participações.

**Gráfico 28 – Valor das empresas ME/EPP por região no ano 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme apresentado o Gráfico 28, o valor maior ficou para as empresas ME/EPP do município de Taió, representado por R$ 5.150.195,92. Em seguida ficaram as empresas ME/EPP de fora do Alto Vale do Itajaí com um valor de 3.660.497,41 e as empresas do Alto Vale do Itajaí representaram um valor de 2.330.523,18. Pode-se observar que as empresas do município de Taió representaram 46% do valor total vencido pelas Microempresas e pelas Empresas de Pequeno Porte sendo destaque entre as três regiões.

4.5 licitações no município de taió – evolução entre 2017 a 2020

Em comparação aos dados colhidos entre anos de 2017 a 2020, constatou-se a utilização de seis modalidades de licitações, mais as realizações feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação, que caracterizam o processo licitatório do município de Taió conforme apresenta a Tabela 21.

**Tabela 21 – Quantidade e valores utilizados em cada modalidade de licitação – 2017 a 2020**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2017** | | **2018** | | **2019** | | **2020** | |
| **Modalid.** | **Q** | **Valor** | **Q** | **Valor** | **Q** | **Valor** | **Q** | **Valor** |
| Convite | 18 | 719.617,39 | 5 | 161.792,56 | 3 | 176.080,81 | 5 | 361.149,13 |
| Concorrên. | 1 | 13.200,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 5 | 1.397.658,69 |
| Dispensa | 10 | 430.014,65 | 12 | 1.144.101,95 | 20 | 929.285,62 | 1 | 170.000,00 |
| Inexigibilid. | 4 | 117.800,00 | 1 | 85.680,00 | 4 | 39.400,00 | 2 | 238.000,00 |
| Leilão | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 1 | 294.050,00 |
| Pregão Eletrônico | 0 | 0,00 | 1 | 569.900,00 | 3 | 1.022.839,98 | 1 | 360.750,00 |
| Pregão Presencial | 73 | 9.440.422,01 | 70 | 11.134.036,22 | 83 | 14.856.909,55 | 52 | 12.998.129,06 |
| Tomad. de Preços | 6 | 981.173,03 | 5 | 1.357.233,17 | 9 | 2.697.566,15 | 10 | 3.300.041,77 |
| **Total** | **112** | **11.702.227,08** | **94** | **14.452.743,90** | **122** | **19.722.082,11** | **77** | **19.119.778,65** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Destaca-se que a modalidade pregão eletrônico começou a ser utilizada pelo município no ano de 2018, e modalidade leilão foi utilizada uma vez ao longo dos quatro anos, mais especificamente no ano de 2020. Sobre os valores totais licitados anuais, é possível observar um aumento ano após ano. Apesar de a quantidade de licitações realizadas por ano ter variações, ou seja, não seguiram uma linha de crescimento, teve alto e baixos, mesmo assim o valor total licitado cresceu constantemente, indicando o aumento de investimentos no município, com exceção ao ano de 2020 que teve uma queda de valores totais investidos.

**Gráfico 29 – Quantidade de licitações por modalidade 2017 - 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O Gráfico 29 ilustra a quantidade de licitações realizadas em cada modalidade. Observa-se que a modalidade mais utilizada em todos os quatro anos é a modalidade pregão presencial. Em todos os anos essa modalidade venceu tanto em quantidade de licitações como nos valores totais licitados.

**Tabela 22 – Quantidade de empresas participantes por região – 2017 a 2020**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Participantes** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **Total** | **%** |
| Empresas de Taió | 121 | 82 | 103 | 90 | 396 | 33,14% |
| Empresas do Alto Vale | 49 | 74 | 72 | 153 | 348 | 29,12% |
| Empresas de fora | 69 | 121 | 146 | 115 | 451 | 37,74% |
| **Total** | **239** | **277** | **321** | **358** | **1195** | **100,00%** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a Tabela 22 identificou-se que ao longo dos quatro anos obteve-se um total de 1195 participações de empresas. Dessas participações 396 foram de empresas do município de Taió. As participações de empresas do Alto Vale do Itajaí totalizaram 348. Já o total de participações de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí somaram 451 participações.

**Tabela 23 – Quantidade de empresas participantes vencedoras por região – 2017 a 2020**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Vencedoras** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **Total** | **%** |
| Empresas de Taió | 93 | 70 | 84 | 62 | 309 | 36,35% |
| Empresas do Alto Vale | 49 | 41 | 54 | 50 | 194 | 22,82% |
| Empresas de fora | 69 | 87 | 106 | 85 | 347 | 40,82% |
| **Total** | **211** | **198** | **244** | **197** | **850** | **100,00%** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao longo dos quatro anos conforme apresenta a Tabela 23, das 1195 participações, obteve-se um total de 850 participações de empresas que venceram nas licitações realizadas, dessas participações 309 foram de empresas do município de Taió. As participações de empresas do Alto Vale do Itajaí totalizaram 194. Já o total de participações de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí somaram 347 participações.

**Gráfico 30 – Total de participações por região 2017 – 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme o Gráfico 30, o ano de 2017 foi o único ano em que as empresas de Taió foram a maioria no total de participações. Em 2018 e 2019 a maioria das participações foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí. E no ano de 2020 a maior quantidade de participações ficaram com as empresas do Alto Vale do Itajaí.

**Gráfico 31 – Total de participações vencedoras por região 2017 – 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Referente as participações vencedoras, se manteve um padrão parecido. O Gráfico 31 apresenta que no ano de 2017 as empresas de Taió representaram a maior parcela. Em 2018, 2019 e 2020 as empresas de fora do Alto Vale que ficaram com a parcela maior de vencedoras. Observa-se que em 2020 mesmo as empresas do Alto Vale do Itajaí tendo a quantidade maior de participações, a parcela de vencedores acabou ficando com as empresas de fora do Alto Vale do Itajaí também.

**Gráfico 32 – Valor total das participações vencedoras por região 2017 – 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Apesar de o município de Taió nem sempre ficar com a maioria em relação a quantidade de vencedores, no quesito valor, o município acabou ficando na frente nos anos 2017, 2018 e 2020. Ficou atrás apenas em 2019, onde a região vencedora foi a região do Alto Vale do Itajaí conforme ilustra o Gráfico 32.

**Gráfico 33 – Valor total das participações vencedoras por ano 2017 – 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os investimentos feitos pelo município ao longo dos quatro anos estudados ficam visíveis quando analisado o Gráfico 33. De 2017 a 2019 é facilmente observável que os investimentos aumentaram consideravelmente, apenas no ano de 2020 que o crescimento do valor investido foi menor, mas que ainda assim superou o ano de 2019. Essa queda no aumento de valor investido, pode ter sido influenciada pela pandemia da COVID-19 a qual gerou uma insegurança econômica muito grande, visto que muitas empresas foram afetadas e deixaram de fornecer seus produtos e serviços, o que pode ter ocasionado a queda evidenciada nas aquisições do município.

**Tabela 24 – Valor das empresas participantes / vencedoras por região – 2017 a 2020**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor Vencedoras** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **Total** | **%** |
| Empresas de Taió | 4.041.684,17 | 5.180.784,07 | 5.795.730,71 | 7.691.497,92 | 22.709.696,87 | 34,36% |
| Empr. do Alto Vale | 3.670.227,55 | 3.966.290,46 | 9.019.975,49 | 6.493.798,95 | 23.150.292,45 | 35,03% |
| Empresas de fora | 3.990.316,36 | 5.300.488,73 | 4.906.375,91 | 6.031.086,38 | 20.228.267,38 | 30,61% |
| **Total** | **11.702.228,08** | **14.447.563,26** | **19.722.082,11** | **20.216.383,25** | **66.088.256,70** | **100,00%** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Como apanhado geral a Tabela 24 apresenta que o município de Taió licitou entre 2017 a 2020, um valor total de R$ 66.088.256,70. Desse total geral, as empresas participantes do município de Taió somaram um valor de R$ 22.709.696,87. As empresas participantes do Alto Vale do Itajaí, somaram um valor de R$ 23.150.292,45 no decorrer dos quatro anos estudados. Já as empresas de fora do Alto Vale do Itajaí ficaram com a terceira posição e somou um total de R$ 20.228.267.38. As empresas do Alto Vale do Itajaí representaram a maior parcela de fornecimento ao município entre 2017 a 2020.

**Tabela 25 – Quantidade de empresas vencedoras enquadradas como ME / EPP – 2017 a 2020**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ME / EPP Quant.** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **Total** | **%** |
| Empresas de Taió | 76 | 58 | 74 | 54 | 262 | 42,46% |
| Emp. do Alto Vale | 26 | 26 | 40 | 28 | 120 | 19,45% |
| Empresas de fora | 39 | 47 | 82 | 67 | 235 | 38,09% |
| **Total** | **141** | **131** | **196** | **149** | **617** | **100,00%** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 25 demonstra que as empresas enquadradas como ME/EPP somaram um total de 617 participações no decorrer dos quatro anos estudados. As participações de empresas ME/EPP que são do município de Taió somaram 262 no total. Referente as participações da região do Alto Vale do Itajaí, as empresas ME/EPP somaram 120 participações. Já as empresas ME/EPP de fora do Alto Vale tiveram 235 participações no total geral.

**Gráfico 34 – Total das participações ME/EPP vencedoras por ano 2017 – 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observa-se que em 2017 e 2018 a quantidade maior de empresas enquadradas como ME/EPP foram as participantes do município de Taió. O Gráfico 34 evidencia que nos anos 2019 e 2020 a quantidade maior de empresas ME/EPP participantes foram de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí. Isso indica que o município começou a atrair os olhares de empresas de regiões mais distantes aumentando a disputa entre os participantes.

**Tabela 26 – Valor das partic. de empresas vencedoras enquad. como ME / EPP – 2017 a 2020**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ME / EPP Valor** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **Total** | **%** |
| Empresas de Taió | 2.634.884,72 | 3.328.015,32 | 4.500.491,14 | 5.150.195,92 | 15.613.587,10 | 39,11% |
| Emp. do Alto Vale | 1.741.017,32 | 1.900.686,10 | 7.489.911,18 | 2.330.523,18 | 13.462.137,78 | 33,72% |
| Empresas de fora | 2.199.448,57 | 1.788.581,92 | 3.202.946,36 | 3.660.497,41 | 10.851.474,26 | 27,18% |
| **Total** | **6.575.350,61** | **7.017.283,34** | **15.193.348,68** | **11.141.216,51** | **39.927.199,14** | **100,00%** |

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No total geral, o valor vencido pelas empresas enquadradas como ME/EPP, foi de R$ 39.927.199,14 conforme demonstra a Tabela 26. Desse total geral, as empresas participantes do município de Taió que são ME/EPP somaram um valor de R$ 15.613.587,10. As empresas participantes do Alto Vale do Itajaí que são ME/EPP, somaram um valor de R$ 13.462.137,78 no decorrer dos quatro anos estudados. Já as empresas de fora do Alto Vale do Itajaí ficaram com a terceira posição e somou um total de R$ 10.851.474,26.

**Gráfico 35 – Valor Total das participações ME/EPP vencedoras por região 2017 – 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação aos valores das empresas enquadradas como ME/EPP o Gráfico 35 ilustra que em 2017, 2018 e 2020 as empresas do município de Taió ficaram com o maior valor licitado. No ano de 2019, a maior fatia de investimentos, ficou com a contratação de empresas do Alto Vale do Itajaí.

**Gráfico 36 – Valor Total das participações ME/EPP vencedoras por ano 2017 – 2020**

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar conforme o Gráfico 36, que o ano de 2019 saiu disparado na frente em relação aos valores licitados e investidos pelo município. Nos anos de 2017 e 2018 teve uma diferença crescente pequena, e em 2020 teve uma queda bastante significativa em relação ao ano de 2019.

5. CONCLUSÃO

O estudo do processo licitatório do município de Taió nos anos de 2017 a 2020, proporcionou uma visão panorâmica sobre o contexto em que foram inseridos os recursos públicos. Através desse estudo foi possível destacar, a quantidade de licitações realizadas em cada ano, quais as modalidades mais utilizadas pela gestão municipal, quais os valores investidos pelo município, a quantidade de participações de empresas por região, e ainda se essas empresas são de pequeno porte e/ou microempresas.

Nos quatro anos estudados, constatou-se que o processo licitatório do município de Taió utilizou entre quatro a seis modalidades de licitação para a contratação de bens, mercadorias e serviços, além de utilizar a possibilidade de aquisição por inexigibilidade e dispensa de licitação.

Ao longo dos quatro anos identificou-se que o município investiu cerca de R$ 66.088.256,70. No ano de 2017 foi investido um total de R$ 11.702.228,08. Em 2018 investiu-se um valor de 14.447.563,26. Em 2019 o valor investido foi de R$ 19.722.082,11 e no ano de 2020 o valor investido foi de R$ 20.216.383,25. Desse total geral, a distribuição entre as regiões no quesito valor, foram muito próximas. As empresas participantes do município de Taió somaram um valor de R$ 22.709.696,87 que representou 34,36%. As empresas participantes do Alto Vale do Itajaí, somaram um valor de R$ 23.150.292,45 no decorrer dos quatro anos estudados cerca de 35,36%. Já as empresas de fora do Alto Vale do Itajaí somaram um total de R$ 20.228.267.38 representando 30,61% do total. As empresas do Alto Vale do Itajaí representaram a maior parcela de fornecimento ao município na visão geral dos quatro anos.

Em relação ao objetivo de demonstrar os valores gastos na aquisição de cada espécie de bem ou serviço no período estudado, encontrou-se um obstáculo. As áreas requisitantes de aplicação dos recursos foram especificadas nos editais apenas como câmara de vereadores, secretaria da saúde, assistência social, instituto previdência social e município de Taió. No objeto do edital até foram descritos para quais as secretarias seriam utilizadas as aquisições, mas não foram detalhados os valores a serem destinados a cada uma. Isso acontece pelo fato de o organograma do município estar organizado de uma forma em que as compras são feitas pelo município e realocadas conforme as necessidades de cada secretaria. Por esse motivo a pesquisa tornou-se limitada, pelo fato de não poder especificar os valores aplicados em cada espécie de bens e/ou serviços contratados pela administração.

Os resultados encontrados referentes à quantidade de participações de empresas por região, mostraram que no decorrer dos quatro anos estudados obteve-se um total de 1195 participações de empresas. Dessas participações 396 foram de empresas do município de Taió, 348 do Alto Vale do Itajaí e 451 de empresas de fora do Alto Vale do Itajaí. Em relação às participações que venceram no processo licitatório do município, estas somaram um total de 850. As participações de empresas vencedoras do município de Taió somaram 309 cerca de 36,35% do total. As participações do Alto Vale do Itajaí totalizaram 194 cerca de 22,82% e as participações de fora do Alto Vale do Itajaí foram 347 com um percentual de 40,82%. Vale ressaltar que mesmo as empresas de fora do Alto Vale do Itajaí tendo um percentual maior referente à quantidade de partições, ainda assim o maior valor licitado acabou permanecendo com as empresas do Alto Vale que ficaram em primeiro lugar, seguido do valor das empresas do município de Taió na visão geral dos quatro anos.

Concluiu-se ainda que das 850 participações vencedoras, 617 foram de empresas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte. As participações vencedoras do município de Taió foram 262, cerca de 42,46%. As participações vencedoras do Alto Vale do Itajaí somaram 120, cerca de 19,45% e as participações vencedoras de fora do Alto Vale do Itajaí totalizaram 235, cerca de 38,09%. A pesquisa revelou ainda, que a maior parcela dos gastos do município cerca de 60,41% foram supridos por empresas enquadradas como ME/EPP. Apenas 39,59% foram supridos por empresas de porte maior.

Ao que se refere às mudanças a serem adotadas pelo município, com base na Lei 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, pode-se destacar a utilização em grande escala da modalidade pregão presencial. Essa modalidade que antes era facultativa, agora passa a ser obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns. A lei ressalta ainda em seu artigo 17 que as licitações serão realizadas de preferência por meio eletrônico, podendo ser adotada a forma presencial desde que possua forte motivo, e mesmo assim a sessão deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. Essa mudança na forma de realização das licitações mostra que o município precisará atualizar-se e começar a desenvolver cada vez mais a forma eletrônica, muito pouco utilizada nesses quatro anos estudados. Outra mudança que a lei trouxe, foi a extinção das modalidades tomada de preços e convite, também bastante utilizadas no processo licitatório do município de Taió.

Sugere-se como próximos estudos aplicados à área da contabilidade pública, uma análise dos procedimentos internos em relação ao processo licitatório, as formas de contabilização na área pública bem como o cumprimento do princípio da publicidade e acesso a informação.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Herbet. **Apostila curso nova lei de licitações e contratos:** Lei nº14.133/2021. Estratégia concursos: São Paulo. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/loja/entrar/?goto=https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. Dispõe sobre as informações dos municípios que fazem parte do Alto Vale do Itajaí. Disponível em: <https://www.amavi.org.br/municipios-associados/enderecos>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim. **Licitações e contratos administrativos:** teoria e jurisprudência. Brasília: Senado Federal, 2017.

ATLAS BRASIL. Dispõe sobre informações de desenvolvimento dos municípios. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>.Acesso em 28 de novembro de 2021.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Direito administrativo.**3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BLANCHET, Luiz Alberto. **Curso de direito administrativo.**Curitiba: Juruá, 2007.

BRASIL, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil],** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil],** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/l10520.htm >. Acesso em: 21 de jun. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil],** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil**], Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>>. Acesso em 28 de nov. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil],** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Constituição Federativa do Brasil**. 2016. Edição Administrativa do Senado Federal.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. *Ebook*

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.**21 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. *Ebook*

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dispõe sobre informações panorâmicas dos municípios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/taio/panorama>. Acesso em 28de novembro de 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.**3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.**23. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.**33. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2007.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIÓ. Dispõe sobre as informações orçamentárias da prefeitura municipal de Taió. Disponível em: <https://taio.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/1/item/1/tipo/1>. Acesso em 13 de novembro de 2021.

**ANEXO 1 – Imagens dos Principais Pontos Turísticos de Taió**

**Portal de chegada ao município**



Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Prefeitura Municipal**



Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Câmara de Vereadores**

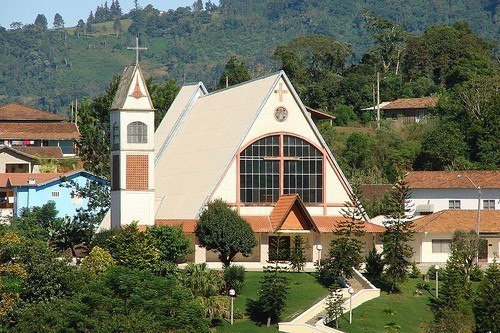


Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Igreja Católica Matriz**

Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Igreja Evangélica de Confissão Luterana**

Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**MUPAH - Museu Paleontológico, Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen**

Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Ponte Roberto Machado**

Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Morro da Vó Salvelina**

Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Projeto – Pontos de encontro**

Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>

**Portal de Pedra da Pechincha**

Fonte: <https://turismo.taio.sc.gov.br/>